ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2023

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu na sala de cinema do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Luís Ferreira Parreira, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luciva Ventura, Luís Manuel Mendes Leal, Luísa da Costa Barcelos, Magda Patrícia Ferreira de Ávila, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Séfora Veríssimo Costa, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

Michéle Soveta Aguiar, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Paulo Alexandre Silva Lima, Sandra Maria de Sousa Garcia, Vanessa Martins Branco.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 1ª sessão ordinária do dia 10 de fevereiro de 2023 foi aprovada com 35 votos a favor e 3 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- *Uma carta enviada por D. Armando Esteves Domingues a agradecer o Voto de Congratulação pela sua nomeação como 40.º bispo de Angra, que foi aprovado na 1ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 10 de fevereiro de 2023.*
- *Um ofício enviado pelo chefe de gabinete do senhor presidente do Governo Regional dos Açores a acusar a receção do Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, que foi aprovado na 5.ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 16 de dezembro de 2022.*

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não houve intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. João Tavares – Bom dia Exmo. senhor presidente e membros da Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara e vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de pedir alguns esclarecimentos acerca do funcionamento dos Núcleos de Saúde Familiar nas freguesias, manifestando desde já a minha tristeza pela falta de apoio por parte do Governo Regional no âmbito das despesas.

As casas do povo foram criadas em 1933 com a função de apoiarem as comunidades locais, agregando a prestação de cuidados de saúde primários às populações. Ultimamente tem-se vindo a verificar, por parte do Governo Regional, a falta de apoio às instituições para que possam fazer face às despesas resultantes da prestação destes serviços que são muito importantes para as populações; nesse sentido, tivemos uma reunião com a Câmara Municipal, mais propriamente com a senhora vereadora Fátima Amorim, para sabermos se a autarquia estaria disponível para apoiar as instituições nesta fase de transição. Para terem uma ideia, este serviço custou o ano passado, cerca de 13 mil euros à Casa do Povo do Porto Judeu.

Está escrito que os serviços protocolados com as casas do povo envolvem um envelope financeiro de apoio ao seu funcionamento. Gostaria de saber se a Câmara vai apoiar a Casa do Povo do Porto Judeu, assim como as restantes instituições do concelho que se encontram nesta situação.

Um outro assunto que aqui trago tem a ver com o acolhimento dos programas de mobilidade juvenil no concelho. Peço ainda à Câmara, um ponto da situação relativamente à Pousada da Juventude que está sediada no concelho de Angra, mais propriamente na vila de São Mateus, visto haver por parte dos jovens, uma grande procura de um espaço para ficarem.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

As casas do povo e a generalidade das instituições sediadas nas nossas freguesias estão a atravessar um período difícil de financiamento dado que, na generalidade dos casos, perderam todas as fontes de financiamento público de que dispunham, exceto talvez as municipais, e as outras formas de angariação de fundos têm-se vindo a manifestar claramente fracas. As quotas dos sócios valem o que valem para as casas do povo, filarmónicas e praticamente todas as instituições, restando o recurso aos bares, uma solução que nem sempre é a melhor. Em muitos casos, esta acaba por ser a única fonte de financiamento com alguma dimensão mas as instituições públicas como as casas do povo ou as filarmónicas, foram criadas para o outros fins e não são propriamente bares que, em muitos casos, se transformam num problema social dentro da freguesia com consequências graves.

As instituições deparam-se com a falta de fontes de financiamento e condições para continuarem a manter a sua missão, verificando-se uma perigosa deriva em relação aos seus objetivos iniciais. As casas do povo não foram fundadas como bares, muito menos para serem o bar de fundo da respetiva freguesia, uma situação que precisa de ser invertida.

Enquanto sociedade, precisamos de encontrar formas claras de manter estas instituições, até porque são detentoras de um património imenso. Os melhores edifícios e infraestruturas da maior parte das nossas freguesias estão exatamente na posse destas instituições que resultaram do esforço, trabalho e investimento de muitas gerações ao longo dos anos. Foi sendo criada uma imensa riqueza e um património acumulado que não pode agora ficar em risco devido a maus financiamentos.

Há aqui um trabalho que tem que ser feito, em primeira linha entre as autarquias por se tratar de uma matéria de claro interesse autárquico, e também junto da região no sentido de se encontrar formas estáveis e previsíveis de financiamento destas instituições. Quando uma qualquer entidade utiliza os serviços dessas instituições, deve garantir-lhe o financiamento adequado. Estando já verdadeiramente enforcada em problemas financeiros, a instituição não pode nem deve suportar a prestação de um serviço de saúde, de atendimento social ou outro qualquer. Não podemos pedir a quem já está mal, que suporte também uns serviços que são naturalmente caros com um conjunto de exigências muito pesadas do ponto de vista financeiro.

É fundamental que se garanta um financiamento de fundo e uma compensação adequada para os serviços prestados em representação de entidades terceiras. Quem precisar dos serviços das casas do povo tem o dever de garantir o financiamento do serviço prestado.

A questão relativa à Pousada da Juventude veio à Assembleia Municipal por duas ou três vezes nas últimas sessões mas não teve, nos últimos tempos, o desfecho que pretendíamos. A

Pousada da Juventude da Terceira está fechada desde antes do início da pandemia e não voltou a reabrir. A informação de que dispomos é que uma parte das instalações vai ser transformada numa cozinha de apoio a uma empresa que fornece refeições para a prisão mas aquele edifício não foi construído para esse fim. Compreendo que alguém precise de uma cozinha mas nós precisamos de uma pousada de juventude e foi com esse objetivo que aquele investimento foi feito. Tenho vindo a levantar o assunto junto das entidades respetivas e tive também a oportunidade de falar recentemente com o gestor da empresa que tem a seu cargo a exploração das pousadas de juventude, no sentido de se encontrar uma solução adequada.

A questão é preocupante porque temos mais umas festas Sanjoaninas e um verão à porta; aquela pousada tinha um papel importante, estamos com seríssimos problemas de acolhimento e precisamos de acomodar cerca de três mil pessoas num lugar qualquer desta ilha. Refiro-me apenas aos participantes diretos nas festas, aos quais a Câmara assegura alojamento, mas existem os outros milhares que cá se deslocam por sua conta e risco, por isso seria importante que aquela pousada estivesse a funcionar. Foi-me dito da parte da empresa que estão a trabalhar para isso e que contam ter o assunto resolvido o mais rapidamente possível, mas já lá vão uns anos e esperamos que as coisas avancem de forma mais célere.

Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para responder às questões mais específicas que foram discutidas na reunião que aconteceu acerca do financiamento dos núcleos de saúde familiar.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

O assunto dos Núcleos de Saúde Familiar tem vindo a ser abordado desde o final do ano passado. Em novembro de 2022 recebemos uma carta da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, informando-nos que, por motivos de constrangimento financeiro, não era possível atualizar os valores que eram atribuídos para o funcionamento dos Núcleos de Saúde Familiar, solicitando assim ao município que apoiasse as despesas de funcionamento. O assunto foi abordado com o presidente da Unidade de Saúde e após essa reunião, têm sido várias as casas do povo que se têm dirigido à Câmara Municipal, solicitando esse mesmo apoio.

Está preparada uma deliberação que será agendada para uma próxima reunião de Câmara com o objetivo de apoiar os Núcleos de Saúde Familiar do concelho de Angra em termos de despesas de funcionamento... Os Biscoitos não estão aqui incluídos mas não quer dizer que não venham a estar. Têm-nos chegado vários pedidos e serão agendadas para reunião de Câmara, as propostas de protocolo a celebrar com os núcleos que já nos fizeram chegar o seu pedido de apoio que será disponibilizado o mais rapidamente possível após a próxima reunião de Câmara.

Sra. d. m. Maria de Fátima Ferreira – Bom dia senhor presidente da Assembleia e distinta Mesa, senhor presidente da Câmara e vereadores, caros colegas deputados municipais.

A bancada municipal do Partido Socialista congratula-se com o município de Angra do Heroísmo por ter sido distinguido pela segunda vez com o «Selo Pró Envelhecimento 2022-2024» pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, o que vem reconhecer e reforçar o trabalho desenvolvido na coesão social, nomeadamente nos programas de apoio à comunidade sénior de que são exemplos, o projeto «Música Que Toca Nas Freguesias», o intercâmbio com o projeto «A Avó Veio Trabalhar» e ainda os projetos: «Turista Na Tua Terra», «De Mãos Dadas Para Unir Gerações», «Primeiro Socorro Sénior» e «Haja Saúde Municipal».

Sra. vereadora Fátima Amorim – É com muita satisfação que vemos o município de Angra do Heroísmo mais uma vez distinguido com o «Selo Comunidades Pró Envelhecimento». A apresentação da candidatura aconteceu durante o ano 2022 e a entrega da distinção foi feita na passada sexta-feira em Évora pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Os nossos projetos foram avaliados por um júri independente e reconhecidos como uma mais-valia para o envelhecimento ativo da população sénior do nosso concelho. O projeto «Haja Saúde Municipal» contribui para a estimulação motora e cognitiva da nossa população sénior frequentadora de centros de convívio, centros de dia e lares de idosos, mas encontra-se aberto a toda a população do concelho, como tem sido comprovado pelas aulas de hidroterapia que têm sido muito solicitadas.

O projeto «Turista Na Tua Terra» foi também uma experiência muito importante. Até ao momento têm sido disponibilizados nove roteiros turísticos que, por vezes, têm permitido à população sénior, percorrer locais até então desconhecidos e a realização de alguns exercícios.

Após um longo período de pandemia que nos obrigou a mudar algumas das nossas rotinas, vamos assim regressando à normalidade, permitindo à população sénior do nosso concelho, a participação nestas atividades dentro das suas possibilidades e desejos, podendo desta forma, continuar a prestar os seus valiosos contributos à nossa sociedade.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente e caríssimos elementos da Câmara Municipal, caros colegas deputados municipais.

Permitam-me a leitura de um pequeno texto: «*Temos pressa, senhor presidente. Sabemos que o mundo está diferente e mais acelerado e se não apanharmos o barco, ficamos para trás como está a acontecer em Portugal continental e noutras ilhas. Se não percebermos qual o nosso lugar no mundo, corremos o enorme risco de transformar oportunidades em ameaças e fortalezas em fraquezas. Basta olhar para os sonhos do porto da Praia, para o hub das Lajes, para as potencialidades do património e das energias renováveis sem benefício para os terceirenses, para as ligações aéreas a todo o lado e a qualquer hora e para o buraco da SATA.*

Aprendemos que a dívida nos faz muito mal porque nos retira todos os anos, as verbas de que necessitamos para investirmos. Aprendemos que os apoios da Europa, aplicados com critérios eleitoralistas e a aquisição de equipamentos que os europeus querem vender, não têm qualquer efeito no emprego e no desenvolvimento da ilha e da região. Já sabemos que é bom promover a concorrência entre empresas públicas ou privadas porque os monopólios

públicos ou privados beneficiam por algum tempo quem os detém, mas a prazo – porque não estão estimulados a inovar – estarão condenados à falência, à dependência e ao colapso.

Vamos também percebendo, talvez um pouco tarde, que a subsidiação cruzada que o igualitarismo espacial implica, estimula a criação de condições monopolistas que servem mas estão condenadas ao colapso. Podemos querer não aprender tudo isto, o que só indica que queremos explorar os outros cidadãos, aconchegar os nossos monopoliozinhos que usam os bens públicos para atender fins particulares na saúde e na educação, na energia e nos transportes, no centrão da política ou no aconchego das associações secretas de socorros mútuos com dinheiro do Estado. Não vale a pena dizer muito mal destes aconchegados porque são nossos amigos, parentes, correligionários e simpáticos mas, de facto, o sistema está um bocadinho doente. Para bem de muitos, vale certamente tomar medidas urgentes, apesar de beliscarem algumas dessas rendas de quem julga que a política é para defender interesses particulares.

Temos pressa, senhor presidente. Temos pressa do autocarro que vá e venha das chegadas do aeroporto até ao centro rodoviário que criou, mesmo que isso belisque alguns taxistas da Praia da Vitória ou alguma concessão de autocarros porque estamos a competir em termos turísticos com o mundo inteiro. Poder chegar por cinquenta euros, de Lisboa ao centro de Angra – que é uma cidade fantástica – é uma coisa única, mas é um desastre se as pessoas tiverem que apanhar um táxi que custa tanto como a viagem de avião, porque depois não voltam.

Temos pressa de promover e autorizar três ou quatro novos hotéis ali na zona do Fanal e não longe da cidade. A Pousada da Juventude está longe o no sítio errado, assim como estiveram o Hotel da Serretinha e a Estalagem da Serreta. O sítio certo é ali no Fanal onde poderá haver uma pousada da juventude. Provavelmente o Terceira Mar Hotel e o Hotel do Caracol não quererão manter a concorrência, mas quando os preços começarem a subir, a forma de manter a competitividade da ilha Terceira é a construção de mais hotéis da mesma dimensão nessa zona, que tragam mais gente e façam com que os preços baixem, e é também necessário continuar aquele caminho de peões ao longo do litoral desde a Silveira até São Mateus.»

Acho que estamos a perder muito tempo deste sinal que a recuperação da pandemia nos dá. A Terceira é a ilha que mais está a recuperar o turismo. O Pico não está a recuperar tanto porque tem preços altíssimos e as pessoas reagem aos preços. Ao percebermos esses sinais, podemos antecipar-nos na construção de hotéis.

Quanto ao programa da habitação, tivemos uma aprendizagem muito simples. Quando iniciámos a recuperação do sismo de 1980 demos o dinheiro às pessoas e subsidiámos os juros e após o sismo do Faial, quisemos fazer as construções, mas não pode ser assim porque quem sabe construir, são as pessoas.

Temos que dispor de um sistema rápido e agilizar os licenciamentos para que as pessoas possam recuperar as suas próprias casas no bairro do Lameirinho perto da cidade. Não ponham as pessoas longe onde têm terrenos. Podemos eventualmente comprar terrenos para dar às pessoas para que possam construir as suas casas perto dos empregos. Vamos olhar

para os erros que cometemos na Terra Chã e na Serra de Santa Rita na Praia da Vitória ao pé do aeroporto. Mesmo tratando-se de uma ilha pequena, a localização é fundamental porque as pessoas gastam todo o dinheiro que têm na compra de um carro em segunda mão para depois circularem na cidade e por causa disso anulamos a viabilidade do transporte público.

O ordenamento das casas exige um grande cuidado financeiro que não tem a ver com um risco num papel. É natural que haja especulação nas casas das cidades porque se começa a construir de mais longe e se valoriza mais internamente.

Com a dinâmica existente nos países de leste, é patético o que acontece em Portugal e podemos fazer muito melhor em Angra porque temos uma equipa empenhada e conhecemo-nos a todos. Temos que reagir à importância que o turismo está a ganhar, à beleza da nossa cidade em relação às demais e à potencialidade que foi criada com a liberalização dos transportes aéreos que demorou vinte anos a acontecer.

Sr. presidente da Câmara – Estas questões que foram aqui levantadas são extremamente importantes e algumas delas são parte das preocupações do município.

A ligação entre os táxis e os transportes públicos de passageiros é uma matéria que está a precisar de uma profundíssima reforma em toda a ilha porque temos uma rede de transportes coletivos com, pelo menos, quarenta anos de funcionamento, e neste momento tudo se alterou do ponto de vista da disponibilidade de viaturas particulares, da distribuição espacial das pessoas e da relação emprego/casa.

O nosso sistema de transportes coletivos está essencialmente voltado para dois grupos sociais: as crianças e jovens que são transportados para as escolas e os mais velhos ou doentes que não possuem uma viatura ou não a podem conduzir por uma qualquer razão. São estes os utentes que temos dos transportes públicos, já que a generalidade das pessoas que vão trabalhar se desloca em viatura própria, o que traz consequências do ponto de vista ambiental, do estacionamento e outros.

Precisamos de uma profundíssima reforma no sistema de transportes coletivos nesta ilha. Com esse objetivo, a Câmara Municipal de Angra encomendou e já recebeu um estudo que indica um conjunto de soluções e deu-se já um passo fundamental com a criação de um nó, a partir do qual, o sistema de transportes pode ser construído. Contudo, chegámos à segunda fase do caminho que é a mais complexa porque implica a necessidade de viaturas adequadas para este tipo de transporte. A maior parte das viaturas de transporte coletivo que neste momento circulam nas nossas estradas, são enormes, têm perto de vinte anos de idade e estão obsoletas. Vemos passar todos os dias, autocarros de setenta lugares com apenas quatro, cinco ou sete pessoas lá dentro, verificando-se uma profunda desadequação entre o material circulante e os objetivos que agora estão traçados, o que torna muito difícil ou até impossível, todos os benefícios do transporte coletivo e do novo terminal rodoviário.

Deu-se início a um processo que agora entrou na segunda fase e necessita de uma renovação da frota, algo que não depende do município que, a par com a região, tem a seu cargo a concessão e a eventual abertura à concorrência. O lançamento de um concurso para quem pretenda explorar carreiras na ilha terá que passar por uma conciliação entre os dois municípios e o Governo Regional, que detém as competências em matéria de transportes

coletivos fora das zonas urbanas, algo que não é compaginável com que o senhor deputado diz no seu texto. As ligações ao aeroporto são interurbanas e uma possível abertura a novas concessões dependerá do Governo Regional.

Existe uma questão complexa por detrás de tudo isto que tem a ver com o que fazer com os táxis e esta Assembleia Municipal deu já os passos que deveria ter dado. Temos um regulamento em vigor no concelho de Angra que foi aprovado por vós e liberalizou o nosso sistema de táxis que podem operar onde quiserem dentro do concelho, enquanto a Praia da vitória continua a ter praças fixas, o que acaba por causar aqui uma imensa restrição.

O aeroporto e o hospital são os dois grandes centros geradores de tráfego na ilha, além do porto da Praia quando há navios ou cruzeiros, por isso não tem o mesmo grau de permanência.

O município de Angra, com o apoio da Câmara do Comércio que está a coordenar este processo, propôs já ao município da Praia da Vitória a unificação do sistema de táxis para permitir que operem indiferentemente nos dois concelhos, o que acabaria com o monopólio que atualmente existe no aeroporto. Um táxi de Angra que leve um cliente ao aeroporto, depara-se com vinte pessoas à espera de transporte mas tem que descarregar lá o seu cliente e regressar vazio a Angra, deixando no aeroporto alguém que pretendia vir para Angra mas tem que esperar que apareça um táxi da Praia e o possa recolher ali. O mesmo acontece quando um táxi da Praia da Vitória transporta alguém para o hospital em Angra. Alguém que esteja a sair do hospital e pretenda ir para a Praia, não pode apanhar o táxi que acabou de chegar e tem que esperar que um táxi do concelho de Angra faça esse serviço.

Isto é profundamente irracional e danoso para o bem público mas implica a coragem de mudar as regras no concelho da Praia da Vitória e aceitar que podemos ter um sistema unificado de táxis nesta ilha, algo que a racionalidade e a economia exigem. Nessa matéria, sim senhor, temos pressa, mas essa pressa não depende de nós, até porque os senhores membros desta Assembleia Municipal aprovaram um regulamento que conduz a essa unificação.

As outras questões aqui locadas referentes à criação de ligações pedonais, são de facto importantes, mas estamos também a deparar-nos com um conjunto de problemas já que, nesta altura, fazer qualquer coisa à beira mar ou junto a uma ribeira é quase tão complexo como ir à lua. São exigidas licenças, requerimentos e mais não sei quantas coisas, quando estamos a falar de entidades que trabalham todas para o bem público e a situação começa a ser verdadeiramente irritante. Temos um Governo Regional que não tem um cêntimo para investir no que quer que seja e dedicou-se apenas à questão regulatória. Temos um sistema de licenças e nada mais. Sei que há aqui algumas juntas de freguesia prontas a explodirem à conta disso, porque têm até o financiamento para fazerem uma pequena ligação à beira mar, mas não o podem fazer porque a licença nunca mais chega e passamos a vida a arrastar as coisas.

Por causa de uma ligação entre os Altares aos Biscoitos que implica apenas a substituição de uma passagem a vau por uma pontezinha, temos lá uma carta furibunda do

Ambiente a dizer que, sob pena de morte, temos que arranjar uma licença para essa passagenzinha.

Andamos nisto. Já que o senhor deputado Tomás Dentinho faz parte dessa coligação, faça o favor de olear a máquina desse lado porque será muito útil para todos nós. Em relação a estas matérias, o que vos posso dizer é que também temos pressa.

Sr. d. m. João Moniz (presidente da J. F. de São Bento) – Bom dia senhor presidente e respetivos membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais.

«*Tivemos recentemente nesta Assembleia, a presença de um notável cidadão angrense a fazer uma alusão ao capote alentejano para defender veementemente o nosso património, as queijadas "Dona Amélia". Hoje trago-vos aqui outro património terceirense, mais propriamente angrense e único nos Açores, que merece ser defendido por todos nós: a arte de trabalhar o barro, ou seja, a Olaria.*

Volvidos os anos 70, na atual Olaria de São Bento funcionava o Telhal, um espaço de fabrico de telhas regionais em barro que servia para cobrir os telhados das residências da ilha Terceira.

Em 1980, Álvaro de Freitas, um oleiro de São Bento que operava numa pequena oficina atrás do Império de São Bento, propôs a aquisição daquele espaço e solicitou apoio à Direção Regional da Cultura, que de imediato se prontificou a adquiri-lo para o ceder e dar continuidade a esta arte. Foi assim celebrado um contrato de cedência com algumas obrigações para o oleiro: o espaço teria que ser visitável por turistas e por escolas, deveria ser feita uma manutenção corrente das instalações e a transferência do mesmo só poderia acontecer para um familiar, obrigações que se fazem cumprir até aos dias de hoje.

O Mestre Álvaro de Freitas, preocupado em preservar a sua arte, foi desafiando o seu sobrinho Ricardo Simas, ainda criança, a juntar-se ao tio, mestre da roda. Começando assim a brincar com o barro, Ricardo Simas acabou por aprender quase tudo o que precisava, vindo a tornar-se um dos únicos oleiros dos Açores.

Mais tarde em 1994, Mestre Álvaro de Freitas, já com idade avançada, desafiou o sobrinho, na altura com 19 anos, a assumir a arte de oleiro. Apesar de hesitar inicialmente, Ricardo Simas acaba por decidir seguir a profissão, assumindo a condução do projeto da Olaria de São Bento até aos dias de hoje. Ricardo Simas é o único representante da olaria tradicional terceirense que deu continuidade a esta oficina em S. Bento. Produz diversas peças típicas, nomeadamente o alguidar de alcatra, potes, bilhas, talhões, jarros e tigelas, entre outras peças de olaria, fazendo despertar o interesse cultural e turístico de uma visita a este espaço. "Não existem duas peças iguais", cita Ricardo Simas.

A Olaria de São Bento está certificada pela marca "Artesanato dos Açores" e o barro utilizado nos alguidares de alcatra é extraído localmente, mais propriamente na freguesia da Fonte do Bastardo.

Ricardo Simas tem participado em eventos de caráter regional, nacional e internacional, tendo sido convidado, nas edições de 2014 e 2015, a executar o prato utilizado no Festival "10 Fest Açores –10 Dias, 10 Chefs".

Senhor presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. É legítima a ambição deste jovem oleiro em inovar a sua arte. Com o crescimento do turismo em 2020 na região e no nosso concelho – aqui reforçado há pouco pelo senhor deputado Tomás Dentinho – Ricardo Simas percebeu que o espaço carecia de melhoramentos estruturais no telhado, por isso se deslocou à Direção Regional da Cultura com dois orçamentos de empreiteiros locais para solicitar um apoio com vista a realizar ali, melhoramentos de cariz estrutural e de segurança para os visitantes, sendo esta Direção Regional proprietária do edifício. A senhora diretora regional da cultura em funções, cedo valorizou e acolheu a proposta e solicitou à equipa técnica da DRC, uma visita ao espaço.

Pela importância dada à arte da olaria, foi de imediato desenvolvido um projeto de arquitetura pela Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e da Transição Digital, mais concretamente através da Direção Regional da Cultura, que visava as seguintes intervenções:

– 1.ª Fase: Recuperar o forno existente que se apresentava num avançado estado de ruínas, o que decorreu de imediato e terminou com sucesso no final do ano 2020.

– 2.ª Fase: Intervenção no espaço Olaria para permitir o acesso a pessoas com dificuldade motora. Nesta fase o projeto contempla a definição clara de um circuito turístico a ser visitável desde a sua matéria-prima até ao produto final. Para tal, seria ali construído um local de barro, zonas de trabalho, secadores e mostradores, espaços destinados à circulação, uma sala de exposições, uma loja, receção, um escritório e instalações sanitárias.

Trata-se de um projeto com o estudo cuidado da arte de oleiro, extremamente bem elaborado pela senhora arquiteta Mariana Botelho e pela senhora engenheira Lélia Ferreira, a quem deixo aqui as minhas felicitações. No entanto, a 2ª fase seria agendada para o final de 2021 ou início de 2022 mas tarda em acontecer. Após várias abordagens feitas pela Junta de Freguesia de São Bento junto do atual Governo, tem vindo a ser relevada a importância da sua concretização, mesmo sendo já considerado um "projeto sem interesse e prioridade".

Estamos perante uma arte que, se não for cuidada e alimentada, irá certamente perder-se. Já imaginaram o que seria do prato principal da nossa gastronomia terceirense, a Alcatra Regional, sem o tradicional alguidar de barro? Quantos dos que aqui estão presentes, não possuem um alguidar de barro nas suas casas?

Faço um apelo para que todos os presentes nesta Assembleia Municipal manifestem o seu interesse em defender este projeto emblemático e esta arte para evitarmos que o nosso prato gastronómico mais apreciado seja preparado e servido num tacho de inox como assisti recentemente na mais prestigiada marisqueira da ilha de São Miguel.

Tratando-se de um projeto que dignifica a arte do oleiro e o património da ilha Terceira e do concelho de Angra do Heroísmo em particular, achamos que o mesmo deverá ser acolhido e não desprezado.

Na reunião do Conselho de Ilha realizada no passado dia 18 de Outubro 2022, aquando da elaboração da anteproposta para emissão de parecer relativo ao Orçamento de 2023, foi possível verificar a não inclusão deste investimento e ficámos ainda mais indignados com as afirmações do senhor vice-presidente do Governo Regional no Plenário do passado mês de

março da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, quando assumiu, e cito: "este espaço não terá intervenção por parte do Governo, pois trata-se de um privado a atuar com fins lucrativos." Ora, esta posição deixou-nos perplexos pelas seguintes razões: em primeiro lugar, pelo facto de o senhor vice-presidente demonstrar um profundo desconhecimento de que este espaço pertence à Direção Regional da Cultura, desconhecendo talvez também a existência de um contrato de cedência que refere, na cláusula n.º 2, o que acima foi mencionado: "A Olaria ora cedida destina-se exclusivamente ao exercício profissional de oleiro com fins lucrativos".

Estando perante algo que é importante e estratégico para a ilha Terceira e para o concelho de Angra do Heroísmo em especial, visando uma política de aposta no turismo, estranhamos a falta de visão para a implementação de um projeto desta natureza. Quero acreditar que o senhor vice-presidente desconhece o projeto que foi desenvolvido e aprovado pelo anterior Governo.

Termino esta minha intervenção, deixando um repto às diferentes bancadas aqui presentes: se existir vontade política e visão estratégica, acredito que a arte da Olaria será valorizada e tudo faremos para que este património inigualável seja perpetuado no tempo, contribuindo de uma forma direta para a economia do nosso concelho e da nossa ilha. Deixemos o bairrismo e vamos valorizar a arte do barro.» Muito obrigado pela vossa atenção.

Sr. presidente da Câmara – Antes de pedir ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Sandra Garcia, gostaria de aproveitar esta intervenção sobre questões de património para manifestar também um conjunto de outras preocupações. Começando por lembrar que não devemos atirar pedras quando temos telhados de vidro, lembro que, da parte do património da Câmara há também manutenções a fazer, que vamos realizando dentro daquilo que é possível, e a razão que nos fez reunir hoje nesta sala do Centro Cultural e de Congressos foi exatamente o facto de o edifício dos Paços do Concelho se encontrar em manutenção.

Temos na nossa cidade um conjunto de edifícios emblemáticos, propriedade pública do Governo Regional ou do município, que são um mau exemplo para os privados, como é o caso do mau estado da pintura do edifício de São Francisco, o edifício sede da Secretaria Regional da Educação, os Paços da Junta Geral que estão numa situação miserável, e também o edifício dos Paços do Concelho que tinha as janelas a despelar e a cair. A Câmara Municipal e o Governo Regional têm a obrigação de manter estes edifícios bem conservados, caso contrário, estamos a dar um mau exemplo aos privados, dando a entender que se pode deixar os prédios em mau estado, mesmo na zona classificada.

A falta da manutenção adequada do património público tem raízes profundas, vem de longa data e não é uma questão do atual Governo. O edifício da Junta Geral não ficou degradado em quatro anos e tem, pelo menos, vinte anos de degradação em cima. É preciso reconhecer isto e dizer que nesta altura é fundamental investirmos na manutenção deste património, caso contrário estamos a delapidar aquilo que foi construído durante gerações e é essencial para a boa gestão da imagem da nossa terra e da coisa pública. Esta preocupação com a Olaria de São Bento é muito legítima porque, além de se tratar da última olaria da nossa ilha com uma produção razoável, é um património que não se pode deixar perder.

Temos que olhar para o contexto de tudo o que seja património público que tem que ser mantido. Esta deveria ser uma das preocupações da Câmara Municipal e de todas as entidades que têm património a seu cargo.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Estou muito grata por poder intervir. Tenho estado aqui caladinha e esta oportunidade vem mesmo a calhar. Devo dizer que estou surpreendida, mas não pelo facto de, eventualmente, me ter pronunciado a favor.

Toda a gente sabe que tenho uma paixão particular pelas questões da cultura e do património, assim como muitos angrenses. Acho que todos nos orgulhamos do que é nosso e sempre que possa contribuir, direta ou indiretamente, no poder ou na oposição, fá-lo-ei independentemente da posição onde me encontrar. Quando fui Subdiretora Regional da Cultura, as únicas questões patrimoniais que estavam a meu cargo eram as do património religioso. O património laico não estava sob a minha alçada, sendo certo que, tanto naquela altura como agora, contribuo sempre que o possa fazer.

Vamos ser sérios, por isso estou contente por poder intervir. Neste contexto, acima de tudo sou uma angrense e açoriana, tanto numa posição como na outra, faço o que me for possível para contribuir para a solução e gosto pouco de discursos redondos em que se culpam uns aos outros, dizendo: «Tu ainda não fizeste…» Depois nós dizemos que querem que façamos em dois anos, aquilo que vocês não fizeram em vinte e tal e andamos a relembrar as nossas falhas uns aos outros. Tento sempre ver o que podemos fazer diferente e em conjunto mas é preciso alguma ponderação no que se diz porque não se pode fazer em dois anos e pouco aquilo que não se fez em vinte e tal.

Recordo-lhe que, governar é gerir e gerir é ter uma lista de prioridades. Em termos patrimoniais, os edifícios do Governo foram encontrados num estado tal, que até era perigoso lá trabalhar, e é preciso intervir. Esteja do lado que estiver, uma pessoa que goste da sua terra, se puder, faz; isto é óbvio e vai para além de qualquer governante ou partido. Um governo que não faz é porque não pode. Ninguém é masoquista, até porque os políticos precisam dos votos das pessoas para continuarem o seu trabalho. Se não se faz é porque não se pode e tem a ver com prioridades…

Intervenção impercetível por parte do senhor presidente da Câmara.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Ó senhor presidente. Já agora, gosto muito de olhar para si e de falar consigo. Senhor presidente da Mesa, estou a usar da palavra e não interrompi ninguém.

Sr. presidente da Mesa – Com certeza. Faça favor de continuar e agradeço que não haja diálogo.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito bem. Sou muito bem comportada e só dialogo com quem dialoga comigo.

É muito fácil dizer que não há cêntimos para se arranjar sequer uma ponte; pois é natural. Não querendo estar aqui a trocar argumentos, se não tivéssemos encontrado alguns buracos financeiros na SATA, na Saúde, etc., talvez houvesse os tais cêntimos para arranjar a ponte. Quero arranjar muitas pontes, defender o nosso património e chegar a tudo e sei que o senhor também quer, mas não posso engolir tudo.

Sendo certo que toda a gente aqui tem acesso a esses documentos, posso relembrar o que se encontrou e como se encontrou, inclusivamente em termos patrimoniais, e depois vamos ver quais são as prioridades. Ouça, se há alguém que tenha paixão pela cultura, esse alguém sou eu. Não fico à frente de ninguém mas também não fico atrás. Sou muito da minha terra e da minha cultura e não me importo nada de lhe fornecer uma lista de prioridades explicando-as, e quantas pessoas afetam. Isto também me custa muito mas é a verdade. Se tiverem dúvidas, os números nunca mentem.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Acho que esta é uma semana especialmente feliz para o concelho de Angra do Heroísmo, não só por ter vencido o galardão em Évora, mas também pela elevação de São Mateus da Calheta a vila – a mais recente dos Açores – esta semana no plenário, um processo que decorreu com a unanimidade de todas as partes. Esta elevação de São Mateus da Calheta a vila é algo que muito nos honra enquanto concelho e comunidade e certamente honrará as gentes de São Mateus neste novo capítulo das suas vidas.

Devo dizer que concordo com o senhor presidente da Câmara no que diz respeito ao financiamento às casas do povo, nomeadamente as que possuem postos de saúde. Durante um período em que se contraiu dívida e mais dívida pública, foi triste ver por parte dos anteriores governos regionais, um subfinanciamento crónico no setor da saúde que nos trouxe ao ponto em que nos encontramos hoje.

Há semanas, tomámos conhecimento do relatório de auditoria à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo elaborado pela Inspeção Administrativa da Transparência e Combate à Corrupção. Temos a perfeita noção e confiança no trabalho que foi realizado pela equipa de inspetores entre 2019 e 2022 e teve por referência os anos de 2016 a 2020. As conclusões foram mais do que más interpretações, motivo pelo qual foram remetidas ao Ministério Público junto do Tribunal de Contas e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. Dessas conclusões, verificaram-se alegadas ilegalidades e irregularidades de prática reiterada quanto aos procedimentos de contratação pública no fornecimento do cartaz musical e aluguer de som nas Sanjoaninas, tendo inclusive sido referido no relatório, um parecer do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal a alertar para tal facto. Ainda assim, aconteceu durante os anos de 2016 a 2020.

Houve ainda conclusões quanto a uma empreitada na Prainha que avançou sem ter aguardado o parecer, não vinculativo mas obrigatório, da Direção Regional dos Assuntos Culturais. Avançou sem um estudo ou projeto e sem um estudo sobre a sua necessidade ou um estudo de impacto arqueológico, nomeadamente quanto ao licenciamento urbanístico de obras particulares relacionadas com a utilização de materiais, práticas ilegais em intervenções

e demolições e a violação do dever de comunicação de licenças à Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Enfim, como o executivo sabe, não se trata de conclusões de semântica, mas sim, de situações factuais. Por isso e por ser esta a função deste órgão deliberativo e fiscalizador da ação política de Angra do Heroísmo, continuaremos atentos e vigilantes ao desenrolar deste processo que ainda não acabou e saudamos todas e quaisquer ações inspetivas na lógica de «quem não deve, não teme».

Sr. presidente da Câmara – Recebemos esse relatório, como recebemos outros em mandatos anteriores e do ponto de vista global, as suas conclusões não são diferentes. Um serviço como a Câmara Municipal, que todos os dias contrata e toma dezenas e dezenas de ações, poderá necessariamente e em determinadas circunstâncias, tomar decisões que não são consensuais e poderão originar diferentes interpretações.

Independentemente do seu conteúdo, todos os relatórios são sempre enviados às entidades com capacidade jurisdicional, neste caso, aos dois tribunais aqui referidos. Não é apenas este relatório, são todos os relatórios, e se essas entidades entenderem que há alguma questão a censurar, cabe-lhes iniciar o respetivo processo. Se tal acontecer, o responsável sou eu e não a Câmara, por isso essa é uma questão que me caberá dirimir. A decisão não compete à inspeção nem à Câmara e este relatório não é diferente de todos os outros.

Os relatórios de todas as câmaras ou de todos os serviços públicos têm o mesmo encaminhamento, esteja o que lá estiver escrito. Não há nada naquele relatório que aponte para má gestão ou menos honestidade da minha pessoa, de qualquer dirigente ou trabalhador da Câmara, apenas contém um conjunto de decisões do ponto de vista de determinados procedimentos que são obviamente discutíveis.

A questão fundamental é que este relatório honra a nossa Câmara e não diz, em ponto algum, que alguém foi menos honesto ou dirigiu mal os dinheiros públicos. Os trabalhadores da Câmara e nós que lá estamos, podemos orgulhar-nos porque nada foi encontrado em quatro anos – apesar de terem procurado – e ainda bem que o fizeram.

Como muito bem disse a senhora deputada, quem não deve, não teme. Como consideramos que não devemos, também não tememos, e ainda bem que fizeram a inspeção e obtiveram os respetivos resultados. Vamos melhorar o que pudermos e temos sessenta dias para elaborarmos um relatório sobre essa matéria, que enviaremos dentro do prazo legalmente previsto, fazendo referência às razões que nos levaram a acatar umas recomendações e não as outras.

Quanto às outras duas questões que foram aqui apontadas, gostaria de esclarecer o seguinte: a forma como contratamos para as Sanjoaninas é a forma como contratam, praticamente todos os municípios, assim como o faz também quem contrata este tipo muito específico de fornecimento de espetáculos. O relatório do outro município – do qual, decerto os senhores desse lado da bancada, muito se orgulham – foi feito ao mesmo tempo e não está ainda disponibilizado ao público, mas vai dizer rigorosamente a mesma coisa porque fizeram

rigorosamente a mesma coisa, e convém não atirar pedras para ver se não caem em cima de alguma estufa de estimação.

Vamos ao que aconteceu. Nós escolhemos um procedimento mais simplificado em que é possível usar até 75 mil euros, creio, em vez de um procedimento de concurso público, porque esse é o valor que a Câmara paga. Contudo, a inspeção diz que o valor não deve ser calculado assim porque há um outro valor por detrás correspondente à venda dos bilhetes e o procedimento deveria ser aquele que corresponde ao somatório do que a Câmara vai pagar com os bilhetes vendidos e o aluguer das tascas instaladas no recinto do palco. Ora, isto é absolutamente irracional porque traz para cima da Câmara, uma responsabilidade que não deve ter. Da maneira que contratamos, se chover no dia do espetáculo, se o artista não prestar ou se algo correr mal, quem perde dinheiro é o adjudicatário; se for a Câmara a pagar e a fixar o preço, é a Câmara que fica com problemas enquanto o adjudicatário ganha sempre o mesmo.

Esta separação faz todo o sentido porque os possíveis riscos do sucesso ou insucesso do espetáculo são transferidos para a empresa que o organiza. É assim que fazemos também com as corridas de touros em que damos 100 mil euros à Tertúlia Tauromáquica Terceirense; se venderem muito, tanto melhor, se venderem pouco, a Câmara não sairá prejudicada. Com isto estamos a criar do outro lado, um incentivo à excelência, porque o adjudicatário vai fazer o melhor contrato com um bom artista e procurar as melhores tascas para alcançar o máximo sucesso e obter lucro. Se assumirmos todos os riscos, o adjudicatário não terá qualquer incentivo para se portar bem. Como já tem o seu dinheiro, tanto lhe faz que haja ou não haja público e a Câmara que se aguente. Acham isso razoável? Eu não acho e foi isso que levou às decisões que foram tomadas.

Se, por acaso, o Tribunal de Contas achar que se deve indicar estas razões, é o que responderei. A Câmara está a pagar a uma entidade para assumir o risco de fazer a festa. Por que razão haveríamos de arriscar o dinheiro público em eventos que podem não ter sucesso? Não sou especialista em espetáculos, não conheço aqueles senhores artistas de lado nenhum e acho que o dinheiro público não deve ser apostado em espetáculos. Creio que o Tribunal de Contas sabe disso, lerá o relatório como é sua obrigação, e a questão subsequente é uma responsabilidade pessoal que até hoje não transferi para ninguém. Sempre foi minha e minha será.

Este não é o primeiro relatório nem a primeira vez que existem problemas de interpretação e de legalidade; sempre que tal aconteceu, assumi a responsabilidade sem a transferir para os trabalhadores da Câmara, mesmo quando não sabia que as coisas lá estavam. Acho que deve ser essa a postura de quem chefia um serviço, não atirando as responsabilidades para cima dos outros. Houve já processos contra trabalhadores nossos devido a questões que não foram bem feitas e eu escrevi ao Tribunal de Contas a assumir a responsabilidade, tal como acontecerá desta vez.

A outra questão é ainda mais ridícula. Para saberem de que obra estamos a falar, existe na Prainha uma espécie de sapata, uma plataforma para onde descemos antes de irmos para a areia. Houve um inverno em que o mar causou sérios danos nessa sapata e removeu

praticamente toda a areia da Prainha, por isso se chegou à conclusão que a melhor solução seria o revestimento daquela estrutura que não é antiga. Aquele muro não vem do tempo do Infante D. Henrique nem há nada arqueológico ali. Quem não conhecer a história da nossa cidade, talvez não saiba que toda aquela estrutura foi construída na transição do século XIX para o século XX. Não há estudos a fazer, o que é preciso é colocar rapidamente um pouco de betão na base da sapata para evitar que o mar se meta por debaixo da muralha.

Aquela estrutura tinha que ser revista porque a época balnear começa daqui a duas semanas. Até parece um assunto de uma gravidade extrema, uma obra de uma «magnitude imensa» que tem, mais ou menos, o tamanho dessa bancada. Parece que estamos a falar de uma obra que mudou claramente a história do mundo e deveria ter tido cinco arqueológos e vinte técnicos a olharem para ela.

É isto que será explicado se tal for necessário e volto a repetir que este relatório honra os nossos trabalhadores e quem lá esteve porque ninguém roubou ou fez algo de errado que nos envergonhe. Não há nada naquele relatório que ponha em causa a honorabilidade de quem quer que seja, apenas existem diferenças de opinião sobre a aplicação de determinados procedimentos. Se o Tribunal de Contas ou outra qualquer entidade com funções jurisdicionais sobre este assunto, quiser mais e melhores explicações, perguntar-me-á e serei eu a dá-las. Se houver algumas consequências, ninguém precisa de se preocupar porque serei eu a pagar a multa e este é um assunto pessoal e intransmissível.

Sra. d. m. Carla Monteiro – Cumprimento os senhores membros da Assembleia Municipal aqui presentes, desejando um bom dia a todos.

Informo esta Assembleia que a Junta de Freguesia de Santa Luzia, em consonância com a Câmara Municipal, deliberou que pretende doar o edifício do antigo INATEL às «Mónicas» no sentido de colmatar algumas necessidades da instituição, tornando-se assim uma mais-valia para a freguesia. Quero agradecer todo o apoio que nos tem sido prestado pela Câmara Municipal para a concretização desta doação que acontecerá brevemente.

Sr. presidente da Câmara – Esta questão é muito importante para o funcionamento da nossa cidade porque aquele edifício, que outrora foi a sede do INATEL, está fechado há anos e encontra-se em profunda e acelerada degradação. Uma parte do imóvel tinha já sido doada pelo município às Mónicas, permitindo a criação de um acesso pelo Beco da Pereira e um pequeno espaço de estacionamento lá atrás. Agora, com a imensa e voluntariosa colaboração da Junta de Freguesia de Santa Luzia, que agradeço, temos a oportunidade de resolver definitivamente esta questão. A Junta de Freguesia foi compensada com a cedência de um edifício que a Câmara possui ao lado do Império da Rua Conde da Praia da Vitória em Santa Luzia.

Lembrando a história de todo este processo, em 2014 foi feito um acordo com o INATEL em que o município passaria a gerir as piscinas e assumiria os investimentos que era preciso fazer ali e em compensação, o INATEL passou este prédio para o património da Câmara. Visto que, na altura, a Junta de Freguesia de Santa Luzia necessitava de um espaço maior para armazém e para realizar algumas atividades, a Câmara cedeu-lhe aquele prédio. Entretanto

surgiu a oportunidade da aquisição das antigas instalações da FRUTER que não têm as restrições do ponto de vista patrimonial do antigo edifício do INATEL, possuem mais espaço de armazenamento e permitem uma gestão mais robusta. Com a aquisição por parte da Junta de Freguesia, das antigas instalações da FRUTER que contou com financiamento municipal, o antigo edifício do INATEL deixou de ter uma vocação clara ao serviço da freguesia e encontrou-se esta solução que vem valorizar as Mónicas, já que ficarão com o acesso ao Beco da Pereira totalmente desimpedido, usufruindo de um espaço que lhes permite criar as infraestruturas de que precisam.

O primeiro passo está dado e o grande desafio que vem a seguir é o investimento. A Junta de Freguesia deu assim um valiosíssimo presente à instituição pelos seus 375 anos e agora, junto da região e da Câmara Municipal, temos que encontrar uma solução que permita a construção da infraestrutura de que as Mónicas carecem, dando-se mais um passo no sentido de valorizar uma instituição que tem prestado um excelente serviço a esta cidade e a esta ilha ao longo de quase quatro séculos.

Sra. d. m. Alexandra Freitas – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo alcançou a 15.ª posição no *ranking* nacional em termos de presença *online*, sendo a melhor Câmara ao nível regional. Os meus mais sinceros parabéns. Como angrense, foi com muito orgulho que recebi a notícia, estando certa que este orgulho se estenderá a todos os nossos concidadãos.

Para além do óbvio, há uma mensagem subjacente que gostaria de salientar em três vetores: em primeiro lugar, estamos em consonância com as diretrizes mundiais no que concerne ao engenho informático. Realmente, a aldeia global nunca fez tanto sentido, o mundo está cada vez mais redondo e uma das principais formas de comunicação é, sem dúvida, a interface digital na comunicação individual. Com este tipo de medidas, consegue-se garantir maior facilidade na comunicação, maior acessibilidade por parte de todas as faixas etárias e também uma maior divulgação dos conteúdos da nossa Câmara Municipal.

Dentro do mesmo engenho informático, não poderia deixar de referir a tão sobejamente falada Inteligência Artificial. Considerando a destreza da nossa Câmara, quem sabe se o próximo desafio não será feito nessa área?

Um segundo vetor é a motivação. O reconhecimento de um trabalho bem efetuado, tendo por base uma classificação isenta e justa, é uma das principais forças motrizes para a manutenção do árduo desempenho desenvolvido até então.

O terceiro vetor é a confiança em outros projetos. É inevitável não estabelecer um paralelismo e não extrapolar para outros projetos, aumentando assim a nossa confiança.

Pequena interrupção na gravação áudio.

Sr. presidente da Câmara – Este reconhecimento deixa-nos muito agradados e o sucesso resulta essencialmente de uma parte do sistema que é o «MyAngra». Na verdade,

está a acontecer com alguma rapidez em Angra e em muitos outros municípios, uma transição para o acesso a partir de casa sem a necessidade presencial. Atualmente desloca-se ao balcão de atendimento da Câmara, cerca da terça parte das pessoas que costumavam cá vir e mais de metade dos utilizadores dos serviços do município, já o fazem a partir das suas casas ou dos locais de trabalho, evitando saídas desnecessárias de casa ou do emprego e poupando horas de espera.

Este é um caminho que temos que continuar, sendo certo que não resolve tudo, já que continuamos a ter situações que não estão ainda bem resolvidas. Por um lado temos a questão dos processos complexos em que é preciso digitalizar ou entregar documentos, já que a maior parte das pessoas não o consegue fazer em casa, embora se trate de um número muito restrito. Temos um número muito maior de munícipes que não sabem usar ou não têm acesso a sistemas informáticos e existe um outro grupo que são as pessoas que não possuem conta bancária devido a situações de pobreza ou de exclusão social, por isso criam picos no atendimento. Por vezes não se vê vivalma ali durante semanas seguidas e de repente temos uma multidão à porta nos dias de pagamentos de pensões ou de outras prestações sociais, já que as pessoas recebem e vão ali pagar em dinheiro vivo.

Esta é uma situação que precisa de ser resolvida mas passa pela criação de legislação sobre contas bancárias. Foi já criada uma conta bancária social sem custos mas precisa de ser divulgada porque o mesmo magote de gente aparece também nos correios no mesmo dia, causando picos em serviços que acabam por incomodar outros potenciais utentes.

Se todos os serviços procedessem aos pagamentos das pensões obrigatoriamente por transferência bancária para uma dessas contas sociais, acabaríamos com esta situação. Seria bom que as entidades que pagam e as que recebem, encontrassem em conjunto uma solução para a resolução deste problema.

Uma outra parte da nossa página *web* que tem tido um crescente sucesso é a «Angrosfera», uma área onde disponibilizamos, entre outras, bastante informação cultural sobre a cidade e o concelho. É já grande e tem vindo a crescer o número de utilizadores mas, apesar de ficarmos contentes como o nosso posicionamento, estamos mais ou menos a jogar na terceira divisão, por isso temos que fazer ainda mais e melhor. Pessoalmente, considero-me capaz e tenho ainda um longo caminho a percorrer até atingir os objetivos que pretendemos.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

Pouco mais haverá a acrescentar, já que o senhor presidente da Câmara disse quase tudo. Este reconhecimento valoriza todo o trabalho que tem sido feito em termos de comunicação e modernização administrativa da Câmara Municipal e tem em conta o estado atual e a construção que tem sido feita no *site*, assim como a interação e a forma como são geridas as redes sociais do município. Para além de tudo o que foi dito, cabe fazer também um reconhecimento formal ao gabinete de comunicação e aos funcionários que lá desempenham funções, que têm feito um trabalho muito importante a este nível.

Todos os dias temos desafios de melhoria dos nossos meios de comunicação como, por exemplo, a agenda municipal angrense que precisa também de uns ajustes. Temos também que divulgar mais e melhor os eventos que temos no concelho, algo que é difícil por serem imensos. A forma de acesso é um desafio constante, um aspeto que deve ser melhorado, mas já é suficiente bom para ser considerado nestas posições tão valiosas deste barómetro.

Na sequência do que falava o senhor presidente da Câmara sobre a forma e a desmaterialização do atendimento no município, é importante fazer também referência à componente da central telefónica, outra evolução que tivemos recentemente. Temos uma central nova, um dos aspetos que tínhamos identificado como negativo em termos de funcionamento do município, já que as pessoas tentavam ligar para os diferentes serviços e por vezes não conseguiam chegar ao destinatário final. Essa foi a modernização administrativa feita na Câmara mais recentemente e as coisas funcionam muito melhor. Há uma monitorização e registo de todas as chamadas recebidas pelo município, é feito um acompanhamento e seguimento para sabermos se foi dada resposta, havendo também um retorno da chamada sempre que não seja possível atender. Esta modernização e profissionalização do atendimento telefónico do município eram fundamentais.

É importante fazer também aqui referência à digitalização do extenso arquivo dos processos de obras, um trabalho bastante profundo e demorado que temos pela frente. Este processo de contratação da digitalização dos nossos arquivos está a ser iniciado, um dos poucos aspetos que precisam de uma desmaterialização urgente que vai começar a avançar nesta fase.

Em suma, estamos muito satisfeitos mas muito há ainda a fazer. Aos poucos vamos conseguindo obter os resultados pretendidos de melhoramento do serviço que prestamos aos munícipes e a quem interage com a Câmara Municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Sei que a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal não tem sido uma prática nos últimos anos. Admitindo que possa ser erro meu por ter faltado a algumas reuniões por motivos profissionais, constato que as juntas de freguesia têm estado muito mais interventivas nas últimas sessões desta Assembleia, o que é de felicitar. Tendo ou não a ver com a descentralização, fica mais uma vez no ar a sugestão para se voltar a pensar no assunto.

Uma segunda questão que gostaria de abordar é um pouco mais relevante e tem a ver com aquela que não pode ser a postura política nos cargos que ocupamos. É evidente que existe legislação, diversas funções e vários organismos com diferentes competências, mas não podemos culpar a Câmara pela legislação e procedimentos que tiveram a nossa mão enquanto membros do Governo. Sem pretender utilizar o termo «diarreia produtiva» como aconteceu uma vez em relação à Assembleia da República, lembro que foi criada uma legislação intensa nas áreas ambientais e outras durante as tutelas do, então governante Álamo de Meneses, que não foi ainda alterada pelos sucessivos governos do PS nem pelo Governo atual. Essa legislação é responsável pelas restrições que atualmente incomodam a

Câmara Municipal e as juntas de freguesia, por isso não podemos transformar em culpas alheiras as culpas que são nossas.

Sr. presidente da Câmara – Começo por me declarar culpado e é a partir daí que o discurso começa. A legislação foi de facto produzida, mas pode e deve sofrer ajustamentos – porque a experiência a isso dita – e sou totalmente contra a cristalização de qualquer solução, mesmo tendo sido eu o autor da dita cuja. Mudemos e ajustemos o que tivermos que ajustar, mas não foi essa a questão que aqui referi, apenas falei da postura e da maneira como se aplica a legislação, particularmente quando se trata da relação entre entidades públicas.

Fui Secretário Regional em praticamente em todos os mandatos, responsável por uma área que tinha uma estreita relação com o poder local e nunca, em caso algum, tomei posições que fossem afrontosas ou danosas para alguém. Quando as câmaras municipais não faziam aquilo que eu achava certo, pegava no telefone e, tão amavelmente quanto possível, falava com as pessoas envolvidas para, em conjunto, se tentar resolver o assunto, e a mesma coisa se fez com as juntas de freguesia.

Não estou a dizer que a legislação esteja errada, apenas considero que a forma da sua aplicação e particularmente a maneira como as coisas são colocadas, não é aquela que deve marcar a relação entre entidades públicas. A Câmara de Angra não é um cidadão privado e deve ter com o Governo, uma relação madura e próxima do diálogo. É óbvio que não somos perfeitos e quando acharem que não estamos a fazer bem as coisas, digam-nos em vez de nos enviarem cartas, ameaçando-nos com as penas do inferno, até porque somos difíceis de lá sermos colocados. Não se trata de uma queixa contra a legislação, é uma queixa contra a postura e a forma como as coisas são colocadas.

Sempre que nos relacionamos entre instituições, devemos fazê-lo com o devido respeito institucional e com a procura de soluções de consenso que a nossa posição deve merecer. Durante muitos anos tive à minha responsabilidade, a cultura e o ambiente e as respetivas entidades sempre tiveram uma profundíssima relação com as câmaras municipais e com as juntas de freguesia. Enquanto secretário regional, visitei quase todas as juntas de freguesia desta terra e passei por todas as câmaras municipais, pelo menos uma dúzia de vezes, e sempre fizemos os possíveis por, em diálogo, encontrar as soluções adequadas. Em vez de dizermos: «não façam por causa disto ou daquilo…», dizíamos: «se calhar, é melhor fazermos assim» e ajudávamos a fazer.

Apenas pedimos uma postura de colaboração, proximidade e diálogo para nos ajudarmos uns aos outros. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ajuda sempre que pode em muitas situações relativas ao Governo Regional, por isso esperamos o mesmo em troca com uma relação franca, aberta, leal e particularmente madura entre entidades que se respeitam mutuamente. Quanto à legislação, com mais ou menos defeitos, é a que existe.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Acho que devo comentar algumas coisas que foram ditas nesta Assembleia, nomeadamente que os Núcleos de Saúde Familiar não estejam a funcionar hoje em dia por

culpa do PS, o que demonstra um atrevimento incrível. É graças ao Partido Socialista que existem Núcleos de Saúde Familiar; foi o Partido Socialista que os formou e sempre funcionaram bem. Se o atual Governo Regional não tem verba para as suas despesas de funcionamento, a culpa não é do PS porque esse dinheiro foi muito mal gerido. De que buraco na saúde está a falar? Do que foi criado por este Governo Regional?

Foi recentemente falado que esta Secretaria Regional da Saúde gastou milhares de euros numa formação para chefes de serviço, em cargos de nomeação e em comissões de serviço de pessoas que já nem lá estão com a mudança desta Secretária. Esse dinheiro foi deitado ao lixo; apenas serviu para enriquecer os currículos dessas pessoas, de nada serviu para os utentes e se tivesse sido encaminhado para os Núcleos de Saúde Familiar, teria sido mais bem empregue.

É uma vergonha que tenha de ser a Câmara Municipal a chegar-se à frente para que esses Núcleos de Saúde Familiar não fechem a porta, o que demonstra que o Governo Regional está sem dinheiro. Cada vez se comprova mais o que disse na minha intervenção na reunião anterior da Assembleia Municipal em relação ao desinvestimento na ilha Terceira e esta questão da Olaria de São Bento é também a prova disso.

Gostaria de falar também nos transportes, já que vamos ter mais um verão sem o transporte marítimo de passageiros e viaturas que liga todas as ilhas do arquipélago, à exceção do Corvo, como era o caso da Linha Amarela. Este Governo Regional optou pela política de substituição desta linha marítima pelo transporte aéreo mas já percebemos que não a consegue substituir na totalidade. Como vimos o ano passado, não deu resposta a imensas situações e não resolveu também o transporte de viaturas.

É de lamentar a falta de coerência da bancada da Coligação. Quando o PS governava, este tema era debatido vezes sem conta em todas as reuniões da Assembleia e agora ninguém fala nos transportes. A RYANAIR diminuiu o número de ligações aéreas entre Lisboa e a Terceira e as ligações da SATA inter-ilhas acentuam cada vez mais a nossa perda de centralidade porque chegámos ao ponto de, na maior parte das vezes, termos que pernoitar em São Miguel para viajarmos para outra ilha. Criámos aqui diversas pronúncias, na altura os elementos da bancada da Coligação debatiam constantemente este assunto e agora não falam nisto. Será que, com a mudança do Governo, mudou também a postura?

Sr. vereador Guido Teles: – Esta é uma questão que muito nos preocupa. Apesar de o setor do turismo ter crescido e apresentado números positivos no ano passado, é também verdade que, sobretudo na época baixa, continuamos a sofrer as consequências de algumas decisões que foram tomadas por este Governo Regional.

Depois da liberalização do espaço aéreo, a história mais recente tem demonstrado que são necessárias algumas operações para conseguirmos manter o setor turístico minimamente regular aqui na ilha durante os meses de inverno. Algumas dessas operações tiveram imenso sucesso e se forem consolidadas, poderão fazer toda a diferença para a ilha Terceira em termos económicos.

A operação para os Estados Unidos da América provou-se extremamente eficiente, gerando muita receita local por se tratar de turistas com poder de compra que gostam de

gastar nos destinos para onde vão. Tivemos também a operação de Espanha que terminou abruptamente e a expectativa de ligações desde Paris e Monte Real que acabaram por não acontecer, denotando um «baixar de braços» no que diz respeito à criação de operações turísticas na época baixa por parte das entidades regionais competentes.

Como foi relembrado pela senhora deputada Marília Vargas, esta matéria conseguiu reunir o consenso desta Assembleia, algo que deve ser continuado. Antes de esta Coligação ter assumido a governação regional, a Assembleia Municipal conseguiu reunir posições consensuais que foram difíceis por parte dos partidos que apoiavam o Governo de então, mas não tiveram medo de o fazer a favor da ilha Terceira. Houve o cuidado, por parte das bancadas da posição e da oposição da altura, em reunir e elaborar textos em conjunto na defesa dos interesses da ilha.

É importante voltarmos a gerar consensos em torno dos transportes, sobretudo na época baixa, e não apenas nas ligações diretas ao exterior. Devido à falta de investimento regional na promoção turística ilha a ilha, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em parceria com a Câmara do Comércio, tem feito um investimento muito relevante na promoção do «Destino Terceira» através do «Explore Terceira», uma aposta que está a colher os seus frutos.

Quanto a mim, a questão dos transportes aéreos, incluindo inter-ilhas, merece um estudo bastante aprofundado. Reconhecendo o sucesso da «Tarifa Açores», ou seja, o transporte aéreo inter-ilhas com preços mais baixos que mereceu a adesão massiva da população, é também um facto que esta tarifa não funciona no verão sem o transporte marítimo inter-ilhas sobretudo durante as festividades, já que as pessoas não conseguem chegar aos seus destinos porque não dispõem de meios de transporte suficientes.

O «Cartão Interjovem» permitia aos jovens a circulação entre as ilhas a baixos custos para conhecerem a realidade açoriana e desde que esse transporte foi suspenso, perdeu-se um pouco a mobilidade juvenil que o senhor deputado João Tavares há pouco referia.

Temos motivos para estarmos preocupados, por isso seria bom recordarmos os tempos não muito longínquos em que esta Assembleia foi capaz de trabalhar em conjunto. Temos que nos unir para podermos ultrapassar todos estes desafios e defender os interesses da ilha Terceira.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – É com muita pena que registo que o senhor presidente da Câmara volte a minimizar e quase a ridicularizar um assunto demasiado sério que, com certeza, não será a última vez que abordaremos.

Parabenteando o município pela transição digital, aqui tão apaixonadamente abordada, recordo que trouxemos à Assembleia Municipal a possibilidade da transmissão e disponibilização no *site* do município, das nossas sessões que são públicas. Com tanta transição digital e modernização do portal da Câmara, muito estranho que essa realidade não seja ainda possível.

Não posso também deixar de o referir, por ser talvez a terceira vez que o assunto é trazido a esta Assembleia pela senhora deputada Marília Vargas, e o facto de dizermos uma coisa várias vezes não altera o sentido da sua forma. O ano passado realizámos uma sessão

extraordinária da Assembleia Municipal no Centro Cultural e de Congressos, exatamente para reivindicarmos um maior número de ligações para a ilha Terceira. É preciso não esquecer que 2022 foi o ano em que tivemos um maior número de ligações aéreas para o exterior e se bem se recordam, longe vão os tempos em que não tínhamos sequer uma ligação direta ao Porto.

Em termos dos indicadores de turismo, a ilha Terceira foi a que mais cresceu em 2022 e os Açores alcançaram números *record*, ultrapassando os valores de 2019. Convido-vos a consultarem os números do SREA em relação a este primeiro trimestre para verificarem que, na maior parte das ilhas, se registou um aumento no movimento de passageiros, em particular na Terceira.

É incoerente e precipitado dizer-se que a ilha Terceira tem sido penalizada e perdido a sua centralidade porque não é o que a realidade demonstra. Há poucos dias tivemos uma inauguração da modernização da rede hidrológica da Ribeira Brava e têm sido também inaugurados caminhos agrícolas, nomeadamente no Porto Judeu e em Santa Bárbara, além de um conjunto de outros investimentos.

Não há governos perfeitos e poderia, de facto, haver mais investimento, mas não podemos esperar que se faça em dois anos, aquilo que não se fez em vinte. Mais uma vez vos convido a consultarem os relatórios de execução e não os planos em que se prometem milhões. De acordo com o último relatório anual de execução que está disponível referente a 2021, foram executados na ilha Terceira mais de 100 milhões de euros, enquanto a verba executada entre 2012 e 2020 esteve um pouco acima dos 60 milhões. Sempre que vierem com esta questão, terei todo o gosto em voltar a lembrar-vos esta informação que é factual e está disponível para consulta.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Concordo que o diálogo em duas vias e a colaboração são importantes mas a legislação tem que ser cumprida. Não se trata de recomendações, é preciso fazer o que a lei manda e as boas vontades e jeitinhos criam injustiças e desigualdades. Só tenho elogios a fazer acerca do diálogo que tem tido para comigo e penso que o mesmo se passa no sentido inverso, mas não significa que a Câmara tenha essa boa relação institucional com outras entidades.

A respeito de alguns comentários que aqui foram feitos, gostaria de lembrar que foram aprovadas há menos de um ano em sede do Conselho de Ilha, algumas recomendações respeitantes a esses investimentos, que foram subscritas pela Assembleia Municipal. Esta bancada não tem culpa que a bancada do PS tenha esquecido que estas diligências em prol dos investimentos da Terceira foram tomadas já neste mandato.

Não podemos considerar que a cultura é só de barro ou não faz sentido na baía de Angra e tenha que ser acelerada ali e não aqui. Sei que no passado, a Câmara Municipal de Angra fazia coisas deste género, esquecia algumas áreas da cultura e enterrava património no Pátio da Alfândega, mas não é essa a prática que queremos para este concelho.

Em relação ao que foi aqui apontado como uma conclusão pela senhora deputada Marília Vargas, lembro que a falta de dinheiro não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. O Governo anterior não atendeu a várias atualizações, reivindicações e remunerações dos profissionais da saúde, colegas da senhora doutora Marília Vargas, como

fez este Governo. Trata-se apenas de opções políticas porque a falta de dinheiro não é novidade; já lá estava e persiste, assim como já existiam os problemas da SATA aqui referidos por diversas vezes que não vale a pena repisar. Nada disto é novidade, as propostas de solução é que são diferentes.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – A liberalização dos transportes não era viável no início mas agora é. Não podemos reivindicar o mesmo de há cinquenta anos porque acabamos por tornar o transporte muito mais caro e apenas temos que regular. Ao competirem entre si, a RYANAIR, a SATA ou a TAP resolvem o problema e não temos que andar com passagens para aqui e para ali porque acabamos por tirar a uns para dar a outros e tornamos o sistema inviável. O bem público cria-se com a liberalização, assim como nas festas. Se a Câmara dirigisse diretamente as festas, seria um horror, por isso transfere a possibilidade dos riscos para quem as sabe gerir. A função do Estado e dos municípios é passar para os privados a produção dos bens públicos.

Quanto à saúde, peço imensa desculpa mas foi a «geringonça» que passou das 40 para as 35 horas e fez com que na região – que não atendeu a isso – passássemos dos 240 para os 360 milhões de euros de despesas. Obrigado aos médicos do Bloco de Esquerda que tem também técnicos superiores espertalhaços que trabalham em seu próprio favor. Olhemos para quem ganha com as medidas que o Bloco de Esquerda propôs e foram seguidas pelo PS.

No que diz respeito aos transportes marítimos, quando se pretendia unir toda a região, eu disse ao Duarte Ponte que seria um erro inicial porque havia empresas ao nível dos vários grupos, capazes de concorrerem às rotas precisas e o erro mantém-se. Se criarmos concursos para as empresas regionais que os possam atender, certamente as rotas aparecerão e o apoio será eventualmente mínimo. Foi um erro crasso investir numa medida comunista que centraliza tudo à moda do Putin, embora seja o nosso amigo Duarte Ponte a insistir nessa solução porque não acredita que as pessoas têm iniciativa própria. Na altura em que falei com ele, fez-se com que a empresa de Viana do Castelo falisse e o sistema se tornasse incomportável. Mantendo o mesmo sistema de unir artificialmente toda a região por um barco que vá para as Flores e de repente acabam-se as cracas, é não acreditar na capacidade das outras pessoas.

No que toca ao ambiente, o excesso de regulamentação cria uma desresponsabilização e abuso de poder e a culpa é nossa devido às pessoas que formamos. Temos técnicos nas secretarias que dizem que não com base numa lei, atrasam os pareceres e não se responsabilizam por eles. Este sistema que promove o atraso e a desresponsabilização tem que ser denunciado de alguma forma e o poder local que está próximo das pessoas é que vale a pena. Não é para atender aspetos particulares, é para propor, através dos organismos próprios, regras gerais que toda a gente entenda. Assistimos muitas vezes a esta procura de poder por parte dos técnicos, que depois recebem umas rendinhas. É ótimo dizer que não se pode construir e depois fico com a renda para receber o estudo de impacto ambiental e mais isto ou aquilo.

A culpa é nossa, professor Álamo, porque criámos os novos donos da bola que, de alguma forma, justificam os seus ordenados, sendo desresponsabilizados e minando tudo. É

isto que Portugal tem que mudar porque a forma como estamos a agir não se compadece com o sistema mundial.

Sra. d. m. Séfora Costa – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e Exmos. senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A minha intervenção vem na sequência da intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves. Parece-me um pouco irónico vir para aqui pedir cooperação e entendimento com o Governo Regional quando o próprio poder local não o estabelece com certas juntas de freguesia de cores partidárias diferentes. O poder local tem que dar as mãos e começar a olhar para as juntas de freguesias como o Governo Regional parece fazer com as freguesias de cores diferenciadas. Parece-me um pouco irónico trazer para aqui essa imagem quando nós próprios não sabemos dar o exemplo.

Sr. presidente da Câmara – É fundamental que tenhamos uma boa relação com as diversas instituições, não em relação ao partido político, mas na procura do bem comum. Neste caso concreto, eu e esta Câmara temos uma responsabilidade muito particular no concelho de Angra porque ganhámos as eleições em todas as freguesias e não é por aí que a discriminação vai acontecer. Contudo, nos últimos tempos temos vindo infelizmente a assistir a uma situação que não é aceitável pelo facto de haver determinadas freguesias que recebem do Governo Regional, aquilo que as outras não recebem. Estou a pensar, por exemplo, na colocação de funcionários ligados ao departamento da agricultura que aparecem numa freguesia mesmo que não haja lavradores, enquanto não aparecem numa outra onde os há, e penso também na reparação de caminhos e num conjunto de outras questões.

Nenhum de nós é cego, estão aqui os senhores presidentes de juntas de freguesia de todos os partidos e todos sabem do que estamos a falar. Como não gosto de hipocrisias, nesta Câmara temos tido a postura de tratar todos por igual com muito poucas exceções que têm exatamente a ver com isto.

A proposta que vos faço é que trabalhemos em conjunto e endireitemos isto de ambos os lados. O que não posso é ver algumas juntas de freguesia privilegiadas enquanto outras são discriminadas, sob pena de, a seguir, termos que tomar medidas corretivas, algo que ninguém quer fazer.

Volto a repetir que ganhámos as eleições em todas as freguesias do concelho e sinto-me tão obrigado perante um raminhense como perante um altarense, apesar de ser a minha freguesia. Fica aqui o meu apelo e o desafio porque estamos em bom tempo de endireitar caminho. É isto que deve ser feito por todos, caso contrário, começa a acontecer aquilo que não deve acontecer.

Sra. d. m. Marília Vargas – Vejo que esta bancada da Coligação está a optar por defender cegamente o Governo Regional em vez de defender os terceirenses. Com aquela pronúncia que aqui criámos em 2018, tivemos a coragem de reivindicar contra um Governo que era da nossa cor política, fartámo-nos de debater e conseguimos muitas conquistas. Após a pronúncia que fizemos o ano passado, nunca mais se falou no assunto e não temos tido mais nada. Aqueles números trabalhados e apresentados pela deputada Luísa Barcelos não

representam muito porque não é isso que se vê; o que se vê é uma perda de centralidade da ilha Terceira.

No que diz respeito à saúde familiar, pergunto como é possível atirarem-nos areia para os olhos, enquanto muitos desses núcleos correm o risco de fecharem. O que têm para nos dizer são números quando não há verbas para detergentes nem para os antisséticos dos médicos e dos enfermeiros e são as casas do povo que têm que avançar com esse dinheiro?

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Claro que sim, concordamos com a necessidade de colaboração em prol dos interesses dos nossos concidadãos, independentemente dos cargos que exerçamos. Nas eleições em que concorri, nunca ganhei em todas as freguesias do concelho e sou capaz de ter perdido em todas, mas sempre seguimos o apanágio de trabalhar em prol de todos, independentemente dos resultados eleitorais, porque o cargo que exercemos é que define essa necessidade e aqui estamos em sintonia.

Se for necessário, posso enviar à doutora Marília Vargas a ata de há um ano, lembrando que nesta Assembleia há duas bancadas a tomarem iniciativas. Da outra vez a iniciativa foi do CDS-PP, mas certamente aderiremos a qualquer outra que venha a ser tomada pelo PS porque estamos juntos no mesmo barco. A rampa Ro-Ro do porto das Pipas ainda não está pronta mas havemos de lá chegar quando os assuntos do mar tiverem o mesmo peso que os assuntos do barro.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de fevereiro a 31 de março de 2023, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como tem sido habitual, a atividade da Câmara manteve-se dentro de toda a sua normalidade neste período relativamente curto deste a última sessão desta Assembleia.

Do ponto de vista das obras, a mais relevante terá sido a conclusão e inauguração do novo terminal rodoviário, cuja utilização se encontra na fase de arranque, e foram também concluídos e entraram em pleno funcionamento, os ecocentros de São Sebastião e das Doze Ribeiras que faltava inaugurar.

No que respeita a obras com algum impacto na vida comunitária, estão a ser criadas as galerias técnicas na Ladeira de São Francisco, envolvendo uma infraestrutura para a passagem de uma linha de reforço do abastecimento elétrico e novas condutas que permitem melhorar as telecomunicações na zona baixa da cidade.

Está também a decorrer uma outra obra de grande magnitude entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde, o troço mais problemático que temos no concelho do ponto de vista da rede de águas, a última que ainda funciona com fibrocimento nas suas condutas que se encontra muito degradado. Está a ser feita a substituição integral dessa rede e a repavimentação de toda aquela zona que mais parecia uma manta de retalhos porque foram ali feitas várias intervenções devido às centenas de roturas que aconteceram ao longo dos últimos anos e levaram a uma profundíssima degradação do pavimento.

Apesar de estar ainda numa fase relativamente inicial, a obra decorre com alguma normalidade e foi já feita a interligação das adutoras naquele triângulo junto da Boa Hora, que era a parte mais difícil da obra. Por ali passa o abastecimento de água às freguesias deste lado e também às Cinco Ribeiras, São Mateus, Terra Chã e São Bartolomeu.

Ficamos com maior segurança no abastecimento de água neste setor, um caminho alternativo que nos permite dar outra flexibilidade à gestão da rede. Neste momento estão a decorrer os trabalhos na parte mais alta da obra desde o cruzamento da canada que vai dar ao Posto Santo e depois prosseguiremos por ali adiante.

Ainda na freguesia da Terra Chã, está a decorrer a substituição integral e a repavimentação da Canada do Rolo. A rede não era muito antiga mas a via apresentava grande degradação naquele pavimento de semipenetração que era feito no local com brita e rega asfáltica.

Temos uma situação muito má no que diz respeito à rede viária municipal e regional em todo o concelho, particularmente na rede agrícola que tem imensos troços profundamente degradados. Este inverno foi húmido, as estradas estiveram encharcadas durante muito tempo e os danos começam agora a surgir em largos espaços.

Temos neste momento a concurso as «Canadinhas» que é a ligação entre São Bartolomeu e as Cinco Ribeiras, uma zona que tem também o pavimento muito degradado, e abrimos concurso por duas vezes sem sucesso, mas vamos fazê-lo novamente para a subida do Desterro até à rotunda junto a São Rafael para ver se conseguimos adjudicar essa obra. Temos que fazer uma boa gestão financeira para não avançarmos com tudo ao mesmo tempo, já que a próxima prioridade será a intervenção no chamado Caminho de Cima que liga as Doze Ribeiras à Terra Chã e apresenta também troços em muito mau estado.

Temos tido seríssimos problemas na ilha com o fornecimento de massas asfálticas. Fizemos um contrato com uma empresa que se obrigou a fornecer 5 000 m² de massas para tapar os buracos criados pelas águas mas o equipamento que tinham avariou e foi para manutenção. Talvez o mais visível seja aquele junto aos semáforos acima do Fanal, mas temos buracos por tapar um pouco por todo o lado há três ou quatro semanas e, nalguns casos há mais tempo, devido à falta de capacidade de fornecimento das massas de asfalto necessárias.

Esperemos que esta situação fique ultrapassada nas próximas semanas. Precisamos desesperadamente que entrem mais duas ou três empresas neste negócio para que a concorrência funcione aqui e estamos numa situação que não é bem um duopólio porque as coisas não funcionam de forma totalmente livre. Uma das empresas não fornece massas

asfálticas a terceiros e somos obrigados a comprá-las todas no mesmo lugar, o que nos deixa sujeitos às avarias e a tudo mais que aconteça.

É preciso um esforço público para termos mais gente na área do asfalto no sentido de estimularmos a concorrência. A situação é crítica nesta ilha para todas as redes, quer a municipal, quer a regional, porque vamos todos comprar ao mesmo sítio.

Ainda em matéria de vias, gostaria de reportar a esta Assembleia que decorreu neste mesmo edifício uma reunião da Assembleia Intermunicipal em que estiveram presentes todos os municípios dos Açores e se tomou uma posição conjunta que agora vai ser desenvolvida no sentido de se pedir uma alteração do regime de funcionamento e gestão das redes viárias existentes. Nessa reunião chegou-se a um consenso em que foi aprovada uma primeira proposta por unanimidade; agora terá que haver um diálogo com o Governo Regional e a posição final caberá ao parlamento por se tratar de um decreto legislativo regional.

Espero que consigamos atingir este objetivo que vem clarificar um conjunto de aspetos, particularmente no que diz respeito à rede agrícola, já que temos muitos caminhos sem dono que acabam por irem parar às respetivas juntas de freguesia que não têm competências. Andamos constantemente a passar caminhos de um lado para o outro e os lavradores não conseguem chegar em segurança e comodidade às suas explorações. Creio que a proposta que foi feita responde a estas preocupações e esperamos que tenha sucesso no seu caminho até ao parlamento.

Ainda no que diz respeito à atividade municipal, temos a decorrer uma obra ali junto ao Fanal nos terrenos que a Câmara adquiriu com vista à criação de um espaço para se instalar os carrosséis e o circo, já que era sempre um desafio encontrar um espaço adequado para estas atividades por parte de quem nos visita. Na maior parte das vezes, temos recusado a vinda de um circo por falta de um espaço adequado para o instalar e assim o assunto ficará resolvido. Teremos ali um espaço devidamente infraestruturado que poderá ser utilizado como local de lazer durante o ano onde serão colocados uns bancos e umas árvores ali à volta, ficando a zona central disponível para a montagem de uma qualquer tenda maior.

Neste período decorrido entre a última sessão da Assembleia Municipal, ficou também pronto e disponível o parque junto ao Castelo que tem também uma componente canina. A obra de recuperação das cantarias da Igreja do Castelo arrancou e está numa fase bastante avançada e a Igreja das Concecionistas está praticamente terminada no que diz respeito à construção civil, restando uma vertente muito mais complexa que tem a ver com o interior, além daquela gigantesca ruína anexa que precisa de encontrar um caminho. Mete pena vermos ali meia igreja muito bonita com uma parede a cair colada a ela.

A intervenção na Igreja de Santo António dos Capuchos está um pouco mais atrasada. Após algumas hesitações e problemas no arranque, aquela ruína começa a reganhar forma, a obra está a decorrer em velocidade de cruzeiro e sem restrições e já dá gosto visitá-la; contudo, acontece ali o mesmo problema que se verifica na Igreja das Concecionistas e é preciso encontrar uma solução para o claustro anexo. Aquela obra não ficará minimamente aceitável se não resolvermos o resto porque ficaremos com uma belíssima igreja pegada a um monte de ruínas.

Creio que não vale a pena referir todas as pequenas obras que estão em curso. No que diz respeito a obras de média dimensão, a proteção costeira no Bravio em São Mateus está adjudicada e vai arrancar nos próximos tempos. O empreiteiro está na fase de habilitação e entrega dos documentos necessários e esperamos que a obra arranque nas próximas semanas para resolvermos um problema complicado ali no litoral em São Mateus. Esta intervenção é feita através de contrato ARAAL com financiamento do Governo Regional em que se juntou todos os restos das intervenções que não foi possível fazer e de outras que se fez e foram mais baratas no âmbito do furacão «Lorenzo».

Tínhamos um conjunto de pequenas obras a realizar desde Santa Bárbara até à Salga, mas quando se fez os respetivos projetos, o que se julgava que custaria 100 mil euros, afinal custa 1 milhão e o dinheiro disponível não chegava para tudo. Assim sendo e por acordo com o Governo Regional, juntou-se todo este dinheiro numa única obra e o saldo final da intervenção será investido em São Mateus. Com isto damos por terminado o processo do furacão «Lorenzo» e, tanto quanto percebi, somos a entidade que mais dinheiro utilizou, alcançando os 100%. Tivemos uma eficiência no investimento e as coisas correram bem, tal como acontecerá certamente nesta obra que agora vai começar, visto estarmos a chegar ao verão.

Temos um conjunto de intervenções a serem preparadas na área das águas e dos esgotos e continuamos com um sério problema devido às roturas sucessivas na conduta que liga o Pátio da Alfândega à praça de touros. Cada vez que a bomba arranca é exercida uma enorme pressão na conduta de PVC naquela subida ali junto ao jornal Diário Insular. Seria aconselhável e temos o projeto para a sua substituição por uma conduta em aço mas quando tentámos adquiri-lo, chegámos à conclusão que não seria a altura para tal. Numa obra que custaria cerca de meio milhão de euros, o preço mais baixo que se conseguia era de 1,6 milhões, por isso vamos tendo paciência e tapando os buraquinhos, esperando que o aço regresse a preços razoáveis. Mesmo que houvesse comparticipação, não me parece boa ideia investirmos o nosso dinheiro para pagarmos os sobrecustos da guerra. Teremos, com certeza, mais buracos a abrir por ali adiante, mas vamos tendo paciência em nome da boa gestão dos dinheiros públicos.

Ainda no que toca a intervenções na área das águas, estamos a preparar o lançamento do concurso para construirmos um novo reservatório no Posto Santo abaixo da Fonte da Telha, justamente para servir de reserva e dar resiliência ao sistema até à Serreta. Na eventualidade da ocorrência de um sismo violento ou de qualquer outra situação que implique o corte da eletricidade durante longos períodos, vamos perder o abastecimento de água neste setor da ilha, por isso a única forma de resolvermos a situação é colocar ali um reservatório de grandes dimensões que mantenha o abastecimento por ação da gravidade, mesmo sem energia elétrica. O reservatório não é necessário para a gestão do dia a dia da rede mas com ele ganharemos resiliência para enfrentarmos qualquer situação anómala que eventualmente venha a acontecer.

Do ponto de vista financeiro, o município está a executar as suas contas sem nenhuma particular dificuldade no que diz respeito às receitas e às despesas e temos também estável o

quadro do pessoal. Devido aos concursos que foram aqui autorizados, temos mais dois trabalhadores em relação ao período homólogo do ano passado mas esperamos a saída de quatro trabalhadores durante este ano, por isso voltaremos à estabilidade dentro de alguns meses.

No que diz respeito a outras atividades do município, iniciámos as celebrações dos 40 anos da inscrição de Angra do Heroísmo na lista das cidades património mundial. A primeira conferência decorreu esta semana no Centro Interpretativo que está já em funcionamento, embora sem os conteúdos que precisam de um investimento que deve esperar pelo financiamento adequado que está já em curso.

Teremos uma conferência mensal daqui até dia 7 de dezembro, altura em que ocorrerá a conferência final cuja celebração será presidida pelo embaixador da UNESCO. Ao jeito de uma inauguração simbólica de património recuperado, esperamos poder inaugurar a Igreja das Concecionistas no dia em que celebramos os 40 anos da inscrição na UNESCO. Ainda neste âmbito, decorreu com imenso sucesso neste edifício, a reunião da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial – Secretaria da Europa do Sul e Mediterrâneo), que nos permitiu mostrar um pouco do trabalho que aqui está a ser feito e aprofundar o relacionamento com outras cidades que gerem património mundial.

Em traços gerais, foram estas as questões mais importantes que ocorreram durante este mês e meio entre sessões da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Muito boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais aqui presentes.

A minha intervenção prende-se com a época balnear que está prestes a iniciar-se, por isso gostaria de saber se haverá uma prolongação até ao dia 30 de setembro como aconteceu o ano passado.

Há dias ouvi na SIC, uma notícia da Federação Nacional, dando conta da falta de nadadores salvadores em Portugal e de uma taxa de reprovação entre os 80 e os 90% nos cursos de recertificação e nos novos cursos de formandos.

Reconhecendo tratar-se de uma grande falta de civismo, lembro alguns relatos acerca de constrangimentos ocorridos nas nossas zonas balneares como, por exemplo, algumas queixas por parte dos utentes da Silveira relativas à falta de limpeza e manutenção dos sanitários e do duche exterior. Houve também queixas relacionadas com o acesso à rampa da Salga que está sempre bloqueada, impedindo o acesso de uma viatura de emergência em caso de necessidade.

Salvo erro, temos no nosso concelho, sete zonas balneares vigiadas e muitas zonas de banhos como aquela que foi recentemente criada no Fanal e é fantástica. Sei que o objetivo foi a requalificação daquela orla costeira, e ainda bem, mas a verdade é que a zona de banhos do Fanal tem estado sempre apinhada de utentes devido à sua boa localização e à facilidade de estacionamento, por isso pergunto o que lhe faltará em termos de apoio para que seja considerada uma zona balnear.

Lembro que o senhor presidente da Câmara referiu aqui há tempos a possibilidade de aquisição de um terreno para a construção de um parque de estacionamento com vista a facilitar o acesso à zona dos Salgueiros, por isso lhe peço um ponto da situação.

Estamos bem preparados para o início da época balnear e vamos estendê-la até ao dia 30 de setembro? Penso que esta foi uma boa opção o ano passado, embora o tempo não tenha estado lá muito bom a partir do dia 15; contudo e mediante o bom tempo que temos tido noutros anos, parece-me haver a necessidade de prolongamento da época balnear.

Sr. vereador Paulo Lima – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhores deputados municipais, caros colegas vereadores.

A época balnear decorrerá até dia 15 de setembro. Na verdade, o ano passado prolongámos essa data até ao dia 30 mas constatámos que as zonas balneares se encontravam pouco frequentadas nesses últimos quinze dias.

No ano passado não tivemos qualquer constrangimento com nadadores salvadores nas nossas zonas balneares. Estabelecemos todos os anos um protocolo com a Associação Humanitária Os Bombeiros Voluntários e as coisas têm corrido muito bem, por isso voltámos a estabelecê-lo este ano.

Houve efetivamente reprovações no curso de nadadores salvadores mas o município de Angra do Heroísmo está a preparar um segundo curso para aproveitar eventuais concorrentes que não tenham conseguido inscrever-se na primeira fase ou tenham perdido e estejam interessados em voltarem a concorrer. Em articulação com os Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, estamos a fazer todos os possíveis para que não haja falta de nadadores salvadores nas nossas zonas balneares.

O município tenciona manter o Fanal como zona de banhos, independentemente do facto de ser muito procurada e frequentada. Não foi criada com o propósito de ser uma zona balnear, o que não significa que não o venha a ser mais tarde mas, para já, a decisão é de a manter da maneira que está.

Quanto ao parque de estacionamento dos Salgueiros, a Câmara Municipal adquiriu dois terrenos naquela zona, que foram abertos para que já se possa estacionar ali. O projeto está feito, foi entregue ao município e enviado para a Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos para emissão de parecer. Entretanto, recebemos há relativamente pouco tempo da Secretaria Regional do Turismo e Infraestruturas, um alerta relativo a algumas derrocadas ocorridas na Estrada Regional, por isso o referido projeto contempla já o reforço da orla costeira e aguarda o parecer da referida Direção Regional.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de continuar a resposta exatamente neste ponto que é importante. Aquela zona do litoral a sul dos Salgueiros não tem qualquer afloramento rochoso ao nível do mar, que bate diretamente em bagacinas e noutro material friável, provocando uma profunda e rapidíssima erosão naquela zona.

A estimativa que consta no projeto é de cerca de 1,1 milhões de euros para a consolidação da via, uma responsabilidade que não é do município, por isso teremos que

encontrar uma solução de cofinanciamento em diálogo com o Governo Regional, a quem compete a responsabilidade de proteção daquela via.

Isto significa que temos mais um assunto complexo pela frente, já que partimos do princípio que iríamos construir apenas um parque de estacionamento que custaria uma centena de milhares de euros, um valor até inferior à aquisição dos terrenos que ali estão muito valorizados. Contávamos gastar apenas com o terreno, bastando colocar depois ali um pouco de asfalto, mas afinal é preciso mais de 1 milhão de euros porque surgiu o problema de proteção da orla costeira, razão pela qual não vamos avançar com a velocidade de que gostaríamos.

É preciso uma abordagem prudente em relação a esta matéria, já que terá necessariamente que haver uma participação regional no financiamento desta obra. O projeto está pronto mas fiquei francamente desanimado com o preço e não estava à espera de custos tão elevados.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Gostaria de expor alguns pontos relativos às contas que foram apresentadas. Verificámos que até agora foram gastos 5,3 milhões de euros nas despesas correntes e estão orçamentados 22,4 milhões, o que corresponde a um gasto de 23%, algo que se coaduna com o que seria expectável nestes três primeiros meses. Contudo, quando olhamos para as despesas de capital, verificamos um gasto de 1,6 em 18,2 milhões de euros, ou seja, o equivalente a 8,8% do total orçamentado. Sendo assim, o gasto final expectável é de 30% do que está orçamentado, o que se prende com o que disse há pouco: «Temos pressa.»

Quando existe algo orçamentado e cabimentado, significa que esses impostos foram já cobrados. Se as contas estiverem equilibradas e a execução for de, apenas 30 ou 40%, há 10 milhões de euros que são tirados aos contribuintes ao longo do ano mas não revertem a seu favor porque continua a existir este costume do «vai-se fazer», esta «realidade de Popper» em que vamos sonhando que as coisas existem, quando de facto não existem, o que é mau. O que também é mau, é construir coisas que depois acabam por não terem uso e voltamos à cepa torta. Fazemos o terminal rodoviário mas os autocarros andam vazios. Vendam os autocarros e comprem outros mais pequenos. Qual é o problema? Peço desculpa mas o senhor presidente da Câmara tem responsabilidades sobre os transportes municipais.

Sr. presidente da Câmara – Neste caso, o problema chama-se EVT.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Exatamente, mas é um problema muito concreto. Olhamos para a coisa pública como o problema dos médicos para os médicos, o problema da EVT para os transportes terrestres, o problema da TAP para os transportes aéreos e não olhamos para o público. Esta atitude percebe-se quando não há serviço, como o caso do asfalto, mas não se percebe quando existe a possibilidade de haver serviço.

Faz-se a obra ali no Castelo. Aquela praça é linda. Porque é que há de estar fechado aquele portão do lado do caminho que foi ali feito e bem feito? Há aqui um problema de gestão do espaço público; basta que os senhores militares gostem de fazer paradas para o público, como acontece em Inglaterra, e as coisas ficam sanadas. Não faz sentido que exista

uma estação rodoviária com autocarros vazios e uma igreja que depois não é visitável porque tem um portão fechado pelos militares.

Da parte da Câmara, terá que haver uma melhor gestão dos projetos e estamos a falar de competências muito específicas que é possível melhorar. A moda que temos de empurrar com a barriga, achando que as coisas existem antes de existirem, não se coaduna com os tempos em que vivemos e não podemos perder tempo porque temos pressa. Tem que haver uma relação diferente entre os que produzem os bens públicos e quem os paga e a atitude face às concessões da TAP ou da SATA não pode ser a mesma de até agora por se tratar de empresas cujos serviços são pagos pelos nossos impostos.

Sr. presidente da Câmara – Concordo com uma parte da análise feita pelo senhor deputado Tomás Dentinho. De facto, precisamos de melhorar o funcionamento de algumas estruturas e a rapidez com que fazemos algumas coisas, algo que não depende dos municípios porque, na melhor das hipóteses, a tramitação de um concurso público demora seis meses até que se consiga fazer qualquer coisa. Podemos queixar-nos mas não conseguiremos resolver aqui essas questões.

A execução orçamental tem uma explicação simples. A maior despesa corrente é ditada pelo pagamento dos vencimentos dos trabalhadores, o que acontece todos os meses a um ritmo sempre igual, enquanto a execução da despesa de capital é feita no final ou em determinados pontos de avanço das obras que têm uma métrica, sendo que a maior parte dos pagamentos é feita no último trimestre. Temos uma baixa execução no início, uma execução média a meio do ano e apenas conseguimos dar o salto quando chegamos ao fim do verão, o que tem a ver com os períodos de pagamento e a maneira como as obras são desenvolvidas. Estamos a falar da execução de janeiro e fevereiro, que é obviamente baixa no que diz respeito ao investimento porque as obras não foram pagas nesta altura, e a fatura chegará no final do trimestre. Se o senhor deputado olhar para a conta global, verá que é possível chegarmos aos 90% de execução no final do ano.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Manifesto aqui a minha satisfação em relação às novidades e ao melhor andamento do mercado municipal, esperando que se cumpra o adágio popular que diz não importar como se começa, mas sim como se acaba, porque isto já vai demasiado longo, leva mais de vinte anos e pode ser que desta vez a coisa se concretize por parte de quem ganhou as eleições em todas as juntas de freguesia.

Quanto às situações do terminal que foram aqui referidas, compreendo os prazos em causa e as fontes de financiamento que obrigam à sua concretização neste período, sendo certo que não está ainda feito, tudo o resto que é necessário para que esta obra tenha sucesso, algo que não depende exclusivamente da Câmara. Na maior parte das vezes, o transporte escolar dita o tamanho dos autocarros e a forma como circulam nesta e nas outras ilhas e as concessões do serviço público estão articuladas com um conjunto de outras situações.

Pelos cargos que ocupou no Governo, o senhor presidente da Câmara conhecerá bem melhor do que eu a complexidade do transporte escolar, tendo até havido problemas com a

configuração de alguns parques de estacionamento em escolas que impediram que os autocarros circulassem lá dentro. Utilizando um exemplo que serve para ilustrar o possível impacto, quando se liberalizou o transporte aéreo, a lógica seria que a SATA mais pequena distribuísse o que a SATA grande trouxesse para o *gateway*, o que não acontece porque tal implicaria a duplicação ou triplicação do número de tripulações e de aparelhos com todos os custos inerentes.

O grande erro em todo esse procedimento foi a tentativa de combater o monopólio de empresas estatais públicas que tinham essa missão, criando um monopólio numa empresa privada de gestão de aeroportos e concorrendo com um aeroporto que está muito bem representado aqui ao meu lado esquerdo e tem condições, restrições e constrangimentos de gestão pública muito diferentes dos outros quatro, estando três deles absolutamente subordinados às vontades empresariais de um, por isso a criação de um procedimento semelhante no concelho ou na ilha, não me parece a solução adequada. Quando estiverem esclarecidas todas as variantes – que são muitas – apesar dos ajustes necessários no tamanho das viaturas, um fator chave são as mudanças que terão que ser efetuadas no trânsito, por isso Angra continuará com o mesmo problema crítico, mesmo que a mobilidade seja elétrica, maior ou mais pequena.

Espero não viver para ver uma cidade composta por prédios de seis ou sete andares com toda a gente a morar no seu centro, deslocando-se a pé ou de elevador. Não me parecendo que tal venha a acontecer, a mobilidade será sempre fundamental e não podemos iludir-nos com soluções que resultam em territórios com outras características e funcionam com comboios elétricos, com metro ou outras formas de deslocação. Aqui temos que nos focar na mobilidade rodoviária como o principal fator, seja ela elétrica, a gasóleo ou a hidrogénio e tendo duas, quatro ou mais rodas.

Angra tem um problema no seu desenvolvimento que vem de há muitos anos. Foi uma cidade bem desenhada quando nasceu há quinhentos anos mas cria constrangimentos à vivência moderna porque sempre se desenvolveu em torno de um eixo único de entrada e de saída. Podemos construir terminais rodoviários e optar por miniautocarros ou bicicletas, mas o problema da mobilidade será sempre uma realidade enquanto não procurarmos outras soluções. A construção do mercado municipal e do novo parque de estacionamento para lá previsto, poderá melhorar a situação mas não será suficiente, e o PDM terá que contemplar uma nova visão estratégica e de crescimento.

Por mais voltas que dêmos e teleféricos que venhamos a ter, a mobilidade terrestre nunca deixará de ser um fator. Era assim com as carroças e com os burrinhos importados da Graciosa e continuará a ser com as bicicletas, com as motos, com os carros, com os miniautocarros ou com os autocarros maiores.

Sr. presidente da Câmara – Concordo com a quase totalidade do que foi aqui dito. O ponto de partida está lançado e falta-nos passar às fases seguintes de um ajustamento que é complexo mas deve permitir que uma das nossas empresas mais tradicionais, com mais anos de vida e uma grande projeção no nosso mercado, continue a prosperar e seja capaz de se adaptar aos novos tempos.

As oportunidades estão por aí. Nesta altura o panorama do transporte coletivo está a mudar no continente com um investimento que está a ser feito através do PRR. Tive a oportunidade de estar com alguns colegas que me deram conta de que as câmaras municipais e as empresas estão a mudar totalmente as suas frotas a custos muito reduzidos, por isso esperemos que esses ventos cheguem às nossas costas para sermos capazes de criar também aqui condições para que as nossas empresas possam investir na modernização das suas frotas.

A frota que circula neste momento na ilha está muito obsoleta e precisa urgentemente de ser mudada. O transporte escolar é complexo, também me preocupa e ainda não conseguimos vislumbrar nenhuma solução fácil, até porque as nossas escolas baralharam as zonas nos últimos anos, ou seja, a escola situada a oeste está a receber alunos de leste e vice-versa, o que faz com que atravessem desnecessariamente a área urbana.

As zonas pedagógicas que estavam estabelecidas para as escolas não foram respeitadas. É preciso que a situação seja corrigida com as escolas a mudarem as suas áreas de recrutamento de alunos de forma a otimizarmos a rede e evitarmos estes transportes cruzados, o que não acontecerá de um ano para o outro porque os alunos terão que terminar primeiro os seus ciclos de estudo na escola em que estão matriculados. Mesmo que se venham a tomar medidas de alteração de áreas de matrícula, passarão alguns anos até que tudo isto produza resultados.

Tivemos a oportunidade de reunir com o senhor Diretor Regional da Educação no sentido de encontrarmos aqui alguns caminhos e há uma questão que é preciso resolver com urgência que é o acesso das empresas regionais de transportes coletivos a planos de financiamento, já que os recursos obtidos pelo transporte coletivo são insuficientes para investir na renovação da frota.

Lembro que um miniautocarro destes mais pequenos custa perto de um quarto de um milhão de euros, por isso estamos a falar de um investimento de muitos milhões que tem necessariamente que ser alavancado pelos programas existentes para o efeito. As nossas empresas encontram-se numa situação de desfavor pelo facto de não serem financiadas em relação às empresas concorrentes sediadas no continente que têm outras possibilidades, o que levanta depois um seríssimo problema que tem a ver com o inevitável concurso público. É preciso saber qual o grau de competitividade das empresas locais face aos concursos públicos e à possibilidade de entrada aqui, de empresas que estão a ser já financiadas noutras zonas do país.

Estamos perante uma matéria muito complexa que tem levado a uma postura muito ponderada por parte da Câmara Municipal em não avançar demasiado depressa com soluções que possam vir a pôr em risco o equilíbrio do sistema e dos nossos interesses enquanto comunidade porque as empresas locais e os seus trabalhadores são parte de nós, o que nos obriga a olhar com muita atenção para todos estes considerandos antes da tomada de decisões que poderão vir a revelar-se difíceis e complicadas. Com a Inteligência Artificial ou com a inteligência natural mais antiga, temos necessariamente que encontrar o melhor caminho que nos permita chegar onde pretendemos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Depois de dois anos de interregno, o ano de 2022 marcou a retoma das nossas festas Sanjoaninas que parecem ter já começado neste ano de 2023. Embora existam umas normas de participação das marchas datadas de 2019, este ano a Câmara Municipal quis inovar e criou uma confusão na noite maior em louvor a São João. Sem espaço ao diálogo e imputando a responsabilidade às marchas – que nem tiveram tempo de reunir para considerar – ora se mudaria o percurso, ora se dançaria até de manhã, ora se marcharia durante dois dias. Várias marchas já desistiram e ainda ontem foi notícia no jornal Diário Insular, a publicação de uma petição criada por quatro marchas, envolvendo cerca de 500 marchantes.

A minha questão é saber se este ano a Câmara Municipal está disponível para o efetivo diálogo entre todos com vista a definir-se *a priori* um regulamento com critérios claros do processo de inscrições das marchas. É óbvio que não falamos em quartar nunca a participação popular, mas de dar condições claras a todos os que queiram honrar São João.

A respeito da participação da Câmara Municipal na Bolsa de Turismo de Lisboa, representada pela senhora vereadora Fátima Amorim – embora tenha a noção de que esse pelouro esteja a cargo do senhor vice-presidente da Câmara – gostaria de perceber, por parte da senhora vereadora, como correu a participação da Câmara nesta BTL e qual o *feedback* dos potenciais turistas, considerando os animadores indicadores do turismo para a ilha Terceira em particular e para os Açores em geral.

Na página 32 do Relatório da Atividade Municipal é referida a «*diminuição da frequência da varredura manual citadina por falta de colaboradores*». Gostaria de perceber se essa alteração será temporária ou permanente, como pretendem colmatar a falta de pessoal e quando preveem retomar esta limpeza diária, considerando que estamos a caminhar para o verão com mais turistas a chegarem e queremos dar o melhor ar possível à nossa cidade.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela parte final da sua intervenção, trata-se de uma questão transitória que teve a ver com um conjunto de baixas e outros problemas que, felizmente, foram já ultrapassados. A equipa que faz o serviço nesta zona foi reforçada uma primeira vez e sê-lo-á novamente com o fim de um conjunto de outras atividades exercidas pelos trabalhadores que vão sendo canalizados para essas funções. Contudo, deixe-me dizer-lhe que ando pelos caminhos, vejo que a nossa cidade está limpa e recomenda-se. Os que nos visitam elogiam sempre e consideram Angra uma das cidades mais limpas em que já estiveram, uma situação que queremos manter, por isso quero dar os parabéns a quem gere a limpeza urbana, particularmente aos trabalhadores que fazem um excelente trabalho; são dos melhores do ponto de vista do seu desempenho e nunca deixam sequer um bocadinho por limpar. Estão todos de parabéns e merecem o nosso respeito e louvor.

A nossa participação na BTL é importante mas também frustrante. Se não estivermos lá, é porque não estávamos e nunca foi um espaço onde nos pudéssemos colocar da maneira como gostaríamos. O *stand* dos Açores nunca foi o que as câmaras ou o Governo pretendiam e tem sido uma espécie de híbrido que não tem servido nenhuma das partes. Fazemos um esforço por estar presentes, o que corresponde a um investimento muito sensível da parte da

Associação de Municípios que tem vindo a pagar estas despesas, mas depois quando fazemos o balanço das coisas fica sempre aquele sabor a pouco.

Somos dezanove municípios em nove ilhas, temos interesses muito diferentes e uma entidade que, desde há muito, é desagregadora. Felizmente, não sei se morreu ou se mudou de nome, mas não nos deixa saudades porque aquilo não atava nem desatava. A presença na BTL não tem sido uma das melhores atividades ou investimentos que os municípios têm feito, por isso precisamos de encontrar uma outra solução que seja capaz de congregar, num espaço comum e justo para todos, dezanove municípios de nove ilhas muito diferentes umas das outras, sem que uns fiquem virados para a frente e outros vão parar aos confins do mundo da BTL onde ninguém os consegue descobrir.

Sra. vereadora Fátima Amorim – A nossa participação na Bolsa de Turismo de Lisboa foi feita em conjunto com os municípios da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa e também com a Câmara do Comércio. Na verdade, existe um ponto bastante negativo já aqui referido pelo senhor presidente da Câmara, que tem a ver com o formato e a disposição do espaço dos Açores na BTL, uma situação que terá que ser repensada, visto estarmos em grande desvantagem em comparação com outros municípios. Para ser sincera, tive muita pena dos nossos colegas das Flores e do Corvo que ficaram esquecidos num cantinho onde praticamente ninguém passava, quando deveriam ter sido colocados numa posição mais destacada.

Sem querer falar em bairrismos, os Açores devem estar unidos na BTL, promovendo estas nove ilhas maravilhosas. Estando a ilha de São Miguel logo ali à frente, tudo o que estiver mais atrás, fica em desvantagem. A disposição do nosso *stand* tem sido diferente comparativamente a outros municípios que ali estão expostos entre si em pé de igualdade.

Foram muitos os contactos que fizemos durante aqueles dias de BTL em que um grande número de turistas se mostraram interessados em visitar pela primeira vez a ilha Terceira e o concelho de Angra do Heroísmo, enquanto outros demonstraram vontade em repetirem as suas experiências nos Açores.

Em determinados dias e horas tivemos o cuidado de fazer, com o técnico da Câmara municipal de Angra, uma apresentação das ilhas Terceira e Graciosa, algo que no ano anterior foi feito pelos técnicos da Câmara Municipal da Praia da Vitória; foi com imenso agrado que tivemos muitas pessoas a assistir, o que nos deixou bastante satisfeitos.

Mais uma vez vos digo que a organização terá que repensar a maneira como disponibiliza a disposição dos diversos municípios na BTL que, independentemente de todos estes aspetos menos positivos que acabei de referir, continua a ser uma importante forma de promoção dos Açores fora da região, já que as várias empresas do nosso concelho e da ilha Terceira tiveram a oportunidade de mostrar o que podem oferecer a quem nos visita. Destaco como aspeto negativo, a nossa disposição em termos de espaço, mas verificámos que existe uma grande procura pelos Açores e pela ilha Terceira em particular devido à sua cultura, gastronomia e história, aspetos que devemos promover cada vez mais.

Sr. vereador Guido Teles – A senhora vereadora Fátima Amorim explicou muito bem a nossa participação na BTL onde sei que fomos muito bem representados. Lembrando que não tendo o pelouro do turismo a meu cargo, representei a Câmara Municipal por mais do que uma vez na BTL; se desta vez não pude estar presente, foi obviamente por motivos pessoais que, naturalmente, não dizem respeito à senhora deputada Luísa Barcelos.

O assunto do desfile das marchas de São João gerou muito debate mas era precisamente essa a ideia. Em vez do que aconteceu em edições passadas em que a Câmara Municipal decidiu dividir o desfile das marchas em duas noites, este ano optámos por deixar que o assunto fosse decidido pelos próprios marchantes. Tem sido essa a postura desde 2013, altura em que o senhor presidente e eu próprio iniciámos funções nesta Câmara.

Este executivo sempre tratou as marchas de São João como uma manifestação popular sem a imposição de qualquer limite ao número de inscrições, sendo da ilha ou de fora. Temos mantido este princípio de ano para ano, valorizando sobretudo esta capacidade das Sanjoaninas atraírem cada vez mais a visitação de grupos de fora da ilha. Além de termos mais gente na festa, durante o período de preparação da viagem para a ilha Terceira, esses grupos desenvolvem várias atividades e promovem as nossas festas noutras ilhas do arquipélago, no continente português e também nos Estados Unidos da América, como acontece este ano em que teremos a visita de duas marchas provenientes das nossas comunidades da diáspora.

Como já o disse publicamente e tratando-se de uma manifestação popular, entendemos que pode e deve participar quem assim o entender. Ao contrário do que aconteceu em edições passadas, na reunião ocorrida a 20 de março deste ano, o que fizemos de diferente foi deixar esta tomada de decisão para os grupos participantes e as normas de participação que a senhora deputada referiu constam no *site* da Câmara Municipal com o nome: «Normas de participação nas Sanjoaninas 2019.» Estas normas são ajustadas todos os anos em função do número de inscritos e daquilo que é discutido na reunião que habitualmente realizamos com as marchas, não se tratando de um regulamento, já que o único órgão deste município com competência para regulamentar com efeitos externos é a Assembleia Municipal.

Talvez por pura coincidência, a petição referida pela senhora deputada surge a dois dias desta sessão da Assembleia e um mês depois da realização da dita reunião e do sorteio das marchas que contou com a presença de muitos dos que aqui estão e foi extremamente pacífica até se chegar a metade do sorteio. Alguns elementos das marchas começaram a ficar chateados quando começaram a perceber que iam ficar para o fim, uma situação que compreendo porque também gostaria que a marcha em que participasse, começasse a desfilar logo no início.

Recordo que foi a votos, a possibilidade de termos as marchas a desfilarem todas numa só noite ou divididas por duas noites. Tendo como referência os anos passados e as quarenta e cinco marchas de adultos que estavam inscritas na data do sorteio, estimou-se que o intervalo de tempo entre a saída de cada marcha seria de aproximadamente dez minutos para que o desfile terminasse a uma hora que respeitasse o público que está a assistir e as marchas que venham a sair em último lugar.

Se fosse eu a votar, perante o número de marchas que tínhamos pela frente, teria optado pela divisão do desfile em duas noites, mas a grande maioria das marchas optou por um só desfile e a situação foi devidamente explicada. Ninguém pode alegar desconhecer o que estava em causa, já que na altura tive também a oportunidade de responder a várias perguntas que me foram colocadas, nomeadamente acerca da possibilidade de antecipação da hora de saída das marchas infantis no segundo dia, o que não será possível devido a uma tourada que vai acontecer no dia 24 de junho, data em que se comemoram os 50 anos do Grupo de Forcados da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Optou-se pelo desfile das marchas numa só noite e a situação foi explicada a todos; depois, perante a reação dos que votaram para que o desfile ocorresse numa só noite – que depois mudaram de ideia – e da própria reação popular em relação à redução do trajeto, comunicámos que respeitaríamos a decisão de um só desfile mas as marchas teriam que percorrer o trajeto habitual. A situação foi comunicada publicamente poucos dias depois e o que verdadeiramente interessa é que se cumpram os intervalos de saída para que as marchas que desfilam por último, consigam sair a horas minimamente decentes.

Um mês depois da reunião e a dois meses do início das festas, surge uma petição assinada por quatro marchas das trinta e sete que se mantêm, curiosamente encabeçada pela marcha que é. Na semana seguinte à realização do sorteio, eu próprio já sabia da intenção da apresentação dessa petição que, curiosamente aparece a dois dias da realização desta sessão da Assembleia Municipal, mas talvez não seja para se criar aqui uma discussão em torno de questões partidárias.

O que tenho a dizer é que o executivo municipal comunicou já a sua posição sobre este assunto. Entendemos existirem todas as condições para que a situação seja devidamente equacionada nas próximas edições das festas Sanjoaninas, tendo em conta o nosso princípio de que esta deve continuar a ser uma manifestação popular em que todos podem e devem participar. À semelhança do que aconteceu este ano e após o sorteio, havendo um grande número de inscrições, as marchas que ficarem mais para o fim poderão tomar a decisão que acharem mais adequada.

Um outro aspeto fundamental tem a ver com as condicionantes que um número muito elevado de marchas implica também para as filarmónicas e para os músicos que as acompanham, mas essa é outra questão, sobre a qual esta Assembleia Municipal tem todo o direito e legitimidade para regulamentar; contudo, o executivo municipal referiu já publicamente, entender que esta questão não deve ser regulamentada e as coisas devem continuar como até agora, deixando que a manifestação popular funcione por si e a organização da festa fará o que achar necessário para que a noite de São João seja o mais alegre e agradável possível.

Sr. presidente da Câmara – Para concluir, gostaria de referir dois aspetos que me parecem importantes em relação a esta matéria, começando por apoiar com muita veemência o que acabou de ser dito pelo senhor vice-presidente Guido Teles em relação à manifestação popular.

No dia em que os poderes públicos se puserem a regular coisas como as marchas de São João ou as danças de carnaval, por exemplo, estaremos provavelmente a dar início ao fim dessas tradições, por isso creio que nos devemos abster de criar aqui regras e peias porque o povo é soberano, sempre se autorregulou ao longo da nossa história e sempre o fará conforme muito bem entender. Esta deve ser uma posição saudável de respeito pela liberdade das pessoas e um outro aspeto é a questão organizacional. É preciso que alguém organize a rua e coordene os tempos para que não aconteça uma qualquer manifestação anárquica, ou seja, as marchas organizam-se como quiserem, mas alguém tem que coordenar para que o desfile decorra com o mínimo de dignidade, uma responsabilidade que cabe obviamente à organização das festas e, no limite, ao município que está por detrás delas, razão pela qual tem surgido um conjunto de instruções anuais sempre que haja mais disputas.

Contra a vontade da grande maioria e com muita contestação, em 2019 fui menos democrático do que o senhor vice-presidente porque foi preciso dividir as marchas em duas noites. Este ano terá que haver um despacho semelhante e é preciso que saiam de dez em dez minutos, se queremos ter uma noite minimamente ordeira.

As filarmónicas estão com uma separação de seis marchas e elas próprias deveriam recusar o que está a mais. Se fosse dirigente de uma filarmónica e me viessem pedir para atuar numa terceira marcha, a minha obrigação para com os meus músicos teria que ser: «não, muito obrigado.» Se os dirigentes das filarmónicas não respeitam os seus músicos e os põem a tocar quatro vezes, pois eles também são democraticamente eleitos, por isso da próxima vez, os músicos podem votar noutro dirigente. O que posso aconselhar é que esta questão seja resolvida no lugar próprio que é a assembleia geral da sociedade.

Estas questões são assim mesmo. Deixemos a liberdade de todos e cada um fará o que entender porque é essa a essência da festa: um espaço de liberdade. O dia em que nos pusermos com coisinhas, a festa deixará rapidamente de ter graça e quando perder a graça, já não será festa.

Para que não pareça que me estou a esconder atrás do senhor vereador Guido Teles, a quem têm sido dirigidas as críticas, quem andou a estudar alternativas fui eu. Como sou engenheiro, gosto de projetar as coisas como deve ser, por isso fiz uma folhinha Excel com tempos, percursos, metros e velocidades médias e para se garantir comodamente os dez minutos de separação entre marchas, a única solução seria vir a direito. É isto que diz a matemática, que nem sempre é certa, por isso vamos pôr o assunto a teste na noite de 23 para 24 de junho para veremos quem tinha razão e espero estar enganado.

Sra. d. m. Séfora Costa – Gostaria de ressalvar o avanço e a celeridade da obra que vai ser feita na orla costeira de São Mateus, uma zona que se encontrava em risco de derrocada, um bom exemplo da coordenação entre a Câmara Municipal e o Governo Regional através da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Não o fiz há pouco por esquecimento, por isso gostaria de parabentear os habitantes de São Mateus porque agora somos uma vila, uma conquista dos cidadãos que lá viveram e vivem e contribuem em todas as vertentes económicas para esta elevação. Neste sentido,

posso desde já adiantar que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, apresentaremos um voto de congratulação por esta elevação de São Mateus da Calheta à categoria de vila.

Gostaria de pedir algumas informações ao senhor vereador Paulo Lima acerca das datas e moldes em que ocorrerá o concurso para a exploração dos dois espaços do Negrito em São Mateus, o que não aconteceu no ano passado, por isso gostaríamos que isto ficasse esclarecido. Peço também que nos faça o ponto da situação acerca da intervenção na piscina do Negrito que deveria ter ficado pronta o ano passado.

Sr. presidente da Câmara – Fiquei com a concessão do concurso a meu cargo que não está incluída na exploração das zonas balneares. O concurso foi já aprovado, terá que ser publicado num jornal local e talvez no Jornal Oficial, e estão a decorrer os trâmites para a abertura do concurso em hasta pública com vista ao arrendamento daqueles três espaços: o que já foi restaurante e agora servia de sede aos *motards*, aquele quiosquezinho que vende gelados à entrada e ainda uma esplanada que funcionava no forte anexo.

Estamos a lançar o concurso para quem queira abrir ali uma atividade de restauração com o objetivo de reconduzirmos aquele edifício à sua vocação inicial. Quem ficar com aquilo, ficará também com a obrigação de manter aberto durante a época balnear, aquele balcãozinho que está virado para o mar, com o serviço de venda de gelados e outros produtos habituais na época balnear. Esperemos que o assunto fique publicado esta semana que vai agora começar, havendo depois um período de cinco dias para a apresentação de propostas, esperando-se a respetiva adjudicação do arrendamento daquele espaço na semana seguinte.

Sr. vereador Paulo Lima – A resposta à questão da senhora deputada Séfora Costa acerca da piscina do Negrito é literalmente não para esta época balnear. O projeto está concluído mas não temos tempo para proceder a intervenções, o que obrigaria à interdição daquela zona de banhos, por isso a piscina apenas ficará pronta na próxima época balnear.

Este ano estamos a direcionar os nossos esforços para outras situações que é necessário corrigir, nomeadamente na zona balnear da Salga onde o mar destruiu grande parte do solário e da rampa de acesso, além da recuperação total que teremos que fazer no parque de campismo.

À exceção da piscina do Negrito, procederemos às obras habituais que fazemos todos os anos nas zonas balneares, como pinturas, limpezas, reparação e colocação de chuveiros, etc. Temos tido o cuidado de falar com as juntas de freguesia e com a Unidade de Gestão Ambiental e de Resíduos que tem a seu cargo as zonas balneares, no sentido de identificarmos todas as situações que necessitem de intervenções.

Sr. presidente da Câmara – Fizemos no Negrito o maior investimento do ano passado com a consolidação de toda aquela estrutura que nos permitiu passar o inverno sem quaisquer danos, apesar do mau mar que tivemos. Vamos ter que continuar este investimento de zona em zona mas temos algumas prioridades, sendo uma delas as Cinco Ribeiras e aquele arranjo que é necessário fazer-se no Porto Judeu, uma das zonas também muito procuradas.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

Sr. d. m. César Medeiros – Começo por cumprimentar o senhor presidente e as senhoras membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, os caros colegas deputados municipais.

Na última sessão intervim acerca da difusão e manutenção das gravações das sessões desta Assembleia, um assunto que não ficou cabalmente resolvido, na medida em que estariam à procura de uma solução informática para o efeito. Peço ao senhor presidente da Mesa que me corrija caso esteja a cometer alguma imprecisão, mas foi esta a informação que retive, por isso gostaria de saber se é possível resolver o assunto de forma definitiva.

Dirijo-me agora ao senhor presidente da Câmara, perguntando-lhe se existe no concelho, um plano de gestão integrado de controlo de pragas urbanas e de que forma o mesmo está a ser implementado, tendo em conta as três principais pragas que causam grande incómodo e representam um elevado risco para a saúde pública. Em primeiro lugar temos os roedores, em segundo as baratas e em terceiro os pombos.

Como residente em São Mateus, gostaria também de me congratular de forma veemente com a elevação daquela freguesia à categoria de vila. Mais do que o estatuto jurídico, esperamos que esta elevação represente uma melhoria efetiva da vida dos seus habitantes, mereça a devida atenção por parte das respetivas entidades e venha a atrair também o investimento necessário das empresas, visando uma melhor qualidade de vida da sua população.

A zona balnear do Negrito tem sido deixada a algum abandono nos últimos dez anos. Sem pretender criar aqui algum tipo de problema, lembro que aquela piscina, há anos necessita de uma intervenção que, do meu ponto de vista, é fácil de resolver mas foi adiada para o próximo ano. Não serei certamente o primeiro a falar no assunto e percebo que haja outras prioridades, mas não entendo a falta de inércia que tem deixado aquela zona balnear no estado em que se encontra, sem esquecer também o espaço para estacionamento.

É preciso relembrar que a zona balnear do Negrito, é aquela que mais crianças atrai, ainda mais do que a Prainha, por isso deve estar à altura da sua atratividade. Os solários são tão inclinados que quase escorregamos até ao mar e, segundo percebi, os bares têm estado ao serviço dos *motards*. Aquele espaço necessita de uma revitalização que faça justiça à vila de São Mateus e agrade a quem nos visita, sem esquecer os residentes que ali tomam banho durante todo o ano.

Sr. presidente da Câmara – Foi já dada resposta à questão da zona balnear do Negrito, aquela que, do ponto de vista financeiro, mais dinheiro consumiu no último ano. A zona de estacionamento foi toda arranjada e asfaltada de novo, assim como os tais cimentos inclinados que agora estão direitos, um processo que vai continuar no sentido de se proceder à substituição de tudo aquilo. Creio que o ano passado foram ali gastos cerca de 300 mil euros, um investimento muito avultado. Se fosse para chorar pelo abandono, há ali na fila de trás mais alguém que gostaria também de chorar. Vamos rodando, sendo justos na repartição das coisas e fazendo aquilo que nos é possível fazer.

Qualquer obra à beira mar é sempre extraordinariamente cara; ao princípio parecem coisas comezinhas mas depois é que nos vamos apercebendo do seu real valor. A consolidação destes cais, particularmente o do Negrito que é o mais batido de todos, leva umas tantas toneladas de aço e de betão, uma obra muito complexa e cara. Vamos continuar a fazê-las e havemos de lá chegar.

A respeito do problema das pragas, falta referir uma outra que são as térmitas. Temos um plano que vem sendo executado há muitos anos e adaptado ao longo dos tempos com sucessos e insucessos. As coisas têm até corrido bem no que diz respeito aos ratos, contudo começam a correr mal porque a situação só se resolve quando a desratização for feita de forma coordenada em todo o território.

Continuamos a distribuir o veneno pelas zonas urbanas e não nos importamos que alguns lavradores o levem também para aqui e para ali porque é para o bem de todos, mas a outra parte agrícola tem que reforçar a quantidade disponível, já que, em peso de veneno para toda a ilha Terceira, possuem apenas a quarta parte do que Angra tem para a sua zona urbana. Temos cerca de nove toneladas e meia e eles têm pouco mais de uma tonelada e meia, por isso é preciso que todos invistam e que estas ações sejam devidamente coordenadas, mantendo a pressão sobre os ratos em todo o território, e não vale a pena pensarmos que uma parte, por si só, resolve o assunto.

Além dos pombos, existe agora uma nova espécie de rolas que foi introduzida na ilha, um assunto muito sério porque sujam pinturas e edifícios, provocam corrosão em metais e causam danos em viaturas quando lhes defecam em cima, mas os estragos maiores são provocados na horticultura. Se alguém semear umas favas atrás da casa, provavelmente não verá sequer um pé, já que os bandos de rolas atacam qualquer terra que apareça cavada. A Câmara pode ajudar, particularmente na questão dos pombos urbanos, mas as rolas movimentam-se muito mais e sobrevoam toda a paisagem, por isso o assunto é muito complicado e passa essencialmente por alterações legislativas.

Os pombos, as gaivotas e os pardais podem ser abatidos por serem consideradas aves nocivas de acordo com a lei que está em vigor – que fui eu que inventei – já vou dizendo. Na altura em que esta legislação foi criada, as rolas não existiam cá, por isso não estão consideradas. Se for aplicada a diretiva «aves» que envolve todas as outras aves, o abate de aves é proibido e apenas podem ser abatidas aves cinegéticas, mas as rolas não estão definidas como tal e foram cair na secção das aves protegidas quando não deveriam.

Já que a Assembleia Legislativa Regional trabalha todos os meses, basta que se apresente uma propostazinha que acrescente uma alínea. Onde diz «pombas», poderá passar a ler-se «rolas» e ficaremos com o assunto resolvido. Se eu fosse deputado já o teria feito.

As baratas são uma outra situação também muito complicada, particularmente nos verões húmidos, variando de ano para ano. Dentro da zona urbana fazemos periodicamente a desbaratização das condutas dos esgotos e dos caixotes do lixo mas as baratas gostam de viver também atrás dos nossos fogões e debaixo dos móveis; regeneram-se em apenas alguns dias e fazem com que travemos uma luta mais ou menos inglória. A solução passa por

transformarmos as nossas casas à prova de baratas, evitando frinchas e fissuras em que se possam meter.

O plano da desbaratização não passa apenas pelo uso de químicos, até porque são produtos que não devemos querer propriamente nas nossas cozinhas. A Câmara faz aquilo que pode mas cada um de nós terá que fazer o seu trabalho no sentido de eliminar todos os locais que possam tornar-se guarida para as ditas cujas.

Faz-se o que se pode e seria bom que todos se chegassem à frente. Estas questões poderão passar por pequenas medidas de adaptação, bastando por vezes colar uma fita-cola por detrás do fogão ou noutro local qualquer para evitar nichos destes insetos.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Relativamente ao Plano Integrado de Controlo de Roedores, no final do ano 2022 preparámos o concurso público para aquisição do rodenticida. Temos 9,5 toneladas disponíveis para o ano 2023 e faremos a distribuição pelas juntas de freguesia em duas fases. Nesta primeira fase em que estão a ser feitas as sementeiras, as populações terão que ter à sua disposição, rodenticida em quantidades suficientes, por isso faremos agora a distribuição de metade desta quantidade e voltaremos a distribuir lá mais para o final do ano na altura das colheitas. A Secretaria Regional da Agricultura faz a sua distribuição à população agrícola e nós distribuímos à restante população do concelho, embora saibamos que alguns agricultores se dirigem também às juntas de freguesia.

No início desta campanha de distribuição, tivemos a preocupação de contactar os serviços de desenvolvimento agrário no sentido de verificarmos se iriam proceder também à distribuição de rodenticida e foi-me dito que estariam a preparar a sua distribuição nas quantidades que foram aqui referidas, já que este trabalho só faz sentido se for feito em articulação com as várias entidades e na mesma altura para alcançarmos os objetivos pretendidos.

Comprámos duas qualidades de rodenticida, em cereal e também em blocos e pastilhas para aplicação nos sumidouros pluviais e sarjetas, e estamos a fazer um outro trabalho muito importante, percorrendo todas as freguesias do concelho onde existem contentores de recolha de resíduos, distribuindo o rodenticida necessário nas estações rateiras, verificando se existe consumo e se algumas precisam de ser substituídas. Não basta apenas distribuir, é preciso todo um controlo para verificarmos onde é efetivamente necessária a colocação de rodenticida nos contentores de recolha de resíduos em todas as freguesias do concelho desde o Raminho até São Sebastião.

Temos para este ano, 9 500 kg de rodenticida. Numa reunião que tivemos há relativamente pouco tempo, as juntas de freguesia foram informadas que podiam dirigir-se aos nossos serviços para levantarem a quantidade que lhes está atribuída.

De acordo com uma alteração que fizemos o ano passado, o produto é distribuído às freguesias em cada uma das fases consoante a sua população e também com base noutros critérios como, por exemplo, a existência de ribeiras. De quinze em quinze dias, os nossos assistentes operacionais fazem uma passagem pelas freguesias citadinas e pelas diversas ruas da cidade de Angra.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Os financiamentos do PRR estão disponíveis para a eletrificação da mobilidade estão focados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde o financiamento foi efetuado e os serviços abertos.

O PO Açores 2020 tinha uma verba inicial de 3 milhões de euros que foi reduzida para 2 milhões, à qual concorreram cinco entidades em que quatro delas não pretenderam levar avante as suas candidaturas, foram excluídas por falta de apresentação de documentos ou por outras razões. A candidatura que foi avante corresponde a uma verba de cerca de 220 mil euros, não equivalendo sequer a 10% da verba global disponível no FEDER, o que dá apenas para um miniautocarro e foi exatamente o que aconteceu desde 2014 a 2023. No PO Açores 2030 está disponível uma verba de cerca de 7 milhões de euros para esse efeito, uma informação que é pública e que tive a oportunidade de transmitir na passada segunda-feira em reunião com as câmaras municipais.

Pela leitura que faço, a falta de uso tem origem em restrições da União Europeia. Pelo facto de se tratar de entidades que atuam em mercados concorrenciais, as restrições aos auxílios de Estado implicam que o apoio prestado à aquisição de um autocarro elétrico é dado ao diferencial entre o custo do combustível convencional e o custo elétrico e depois é calculado à percentagem. Pela redução que se viu de 2 milhões para 220 mil euros, os valores são considerados muito baixos e nada atrativos, portanto não se trata de falta de verba, mas sim da forma como a mesma é disponibilizada. Por outro lado, a sua disponibilização não está dependente de uma decisão política nacional ou regional, tratando-se de restrições do ponto de vista europeu.

Não sei se, fora do âmbito destes chamados fundos de apoio à coesão, como o FEDER ou o Fundo Social Europeu, existem verbas para apoios de outra natureza como, por exemplo, o Fundo Ambiental que é gerido pelo Ministério do Ambiente. Esta complexidade financeira referida pelo senhor presidente da Câmara existe de facto, está comprovada pelo histórico recente e não se prevê menos intensa no quadro que aí vem.

Sr. presidente da Câmara – Já que esse dinheiro existe, poderia ser aberto um aviso para as autarquias. Teoricamente, poderíamos adquirir cinco miniautocarros e cedê-los depois à entidade dos transportes. Nos meses que ainda restam, se quiserem nos cá estamos.

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero também felicitar os habitantes de São Mateus e todas as pessoas, governantes e entidades envolvidas no desenvolvimento desta freguesia que permitiu que a mesma apresentasse os requisitos necessários para ser elevada à categoria de vila. Correndo o risco de estar enganada, penso que foi aqui dito que nada disto tem a ver com governos ou partidos e apenas com pessoas, mas discordo totalmente de tais afirmações.

A Coligação culpa os 24 anos de governação socialista por tudo o que acontece de mal mas acho que devem reconhecer o que foi feito de bom. Foi com a liderança do PS que foram erradicadas as barracas em São Mateus e construídas mais de 120 novas habitações. Investiu-se na educação, na requalificação do campo de jogos de São Mateus, na obra de ampliação do porto de pescas e infraestruturas de apoio que permitiram aos pescadores, melhores condições de trabalho, de segurança e de dinamização económica. Houve a abertura do

Centro Social e Paroquial com várias valências de apoio às crianças, jovens e idosos e foi recuperado o património cultural e arquitetónico com os fortes que estavam em ruínas. Criou-se o Núcleo Museológico da Casa dos Botes Baleeiros e o Clube Naval, procedeu-se à instalação da sede de diversas instituições sociais e culturais que se fixaram em São Mateus e melhoraram-se as instalações das instituições da vila. Abriram-se novas estradas que facilitaram a mobilidade e permitiram o crescimento e a expansão da freguesia, fez-se a requalificação e proteção da orla costeira e foram criadas zonas balneares e de lazer. Construiu-se a nova sede da Junta de Freguesia de São Mateus, conseguiu-se a instalação de uma instituição de crédito e de um posto de farmácia e foi também construída a casa mortuária, entre muitas outras obras. Quero deixar aqui um cumprimento muito especial ao senhor José Gaspar Lima e também ao senhor Carlos Martins.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – É-me impossível ficar calada perante esta intervenção. Ainda bem que existe desenvolvimento em São Mateus depois de 32 anos de um executivo socialista, em que uma só pessoa foi presidente da Junta de Freguesia, vereador nesta casa e deputado regional, mas foi nesta semana que aconteceu a elevação de São Mateus a vila.

Reconhecemos os de antes, os de agora e, principalmente os mateusenses que são quem beneficia desta medida, e seria bom que a bancada socialista tivesse a mesma latitude da bancada da Coligação ao reconhecer o bom trabalho feito pelo executivo camarário, já que o mesmo não acontece por parte da bancada do PS em relação a assuntos do Governo Regional da Coligação.

Sra. d. m. Séfora Costa – Se a senhora deputada Marília Vargas não concorda, peço desculpa mas continuarei a dizer que o mérito é dos mateusenses. Se não houvesse mateusenses, não haveria a necessidade de uma junta de freguesia, de um centro social e de todas as outras situações que foram aqui elencadas. Como disse e muito bem a senhora deputada, o executivo anterior composto pelo senhor José Gaspar, pelo senhor Carlos Martins e outros, era de outras cores políticas e todos tiveram o seu mérito, mas é pena que só agora tenha acontecido esta elevação a vila e se evidencie o que foi feito anteriormente, não reconhecendo o que foi feito agora.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (14/2023/AMAH).

1.2 – Documentos relativos à prestação de Contas da Câmara Municipal do ano de 2022. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de contas que constam da instrução 1/2019 de 6 de março, as quais se encontram elencadas no anexo II e integralmente elaboradas.

Os documentos de prestação de contas de 2022 apresentam a seguinte informação:

O balanço apresenta um ativo no montante de 166 226 929,75 € (cento e sessenta e seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, novecentos e vinte e nove euros e setenta e cinco

cêntimos), um património no valor de 156 449 434,98 € (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e noventa e oito cêntimos) e um passivo no valor de 9 777 494,77 € (nove milhões, setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos).

A demonstração dos resultados apresenta rendimentos no valor de 30 141 552,41 € (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e quarenta e um cêntimos) e gastos no montante de 28 737 966,88 € (vinte e oito milhões, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos), o que se traduz num resultado líquido de 1 403 585,53 € (um milhão, quatrocentos e três mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos).

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta pagamentos no total de 31 135 526,70 € (trinta e um milhões, cento e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis euros e setenta cêntimos) e recebimentos no montante de 29 441 735,20 € (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e trinta e cinco euros e vinte cêntimos).

Os mapas de desempenho orçamental refletem um total de 30 759 267,69 € (trinta milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos) de despesa paga e 29 355 626,71 € (vinte e nove milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis euros e setenta e um cêntimos) de receita liquidada.

O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 297 770,04 € (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta euros e quatro cêntimos), enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 4 839 576,34 € (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos).

O saldo final de operações de tesouraria ascende a 248 716,76 € (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos) e o saldo final de operações orçamentais ascende a 3 435 935,36 € (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos).

O valor do saldo de gerência para o ano 2023 é de 3 435 935,36 € (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos).

O resultado líquido é 1 403 585,53 € (um milhão, quatrocentos e três mil, quinhentos e oitenta e cinto euros e cinquenta e três cêntimos) e este valor é o resultado transitado.

Sr. presidente da Câmara – Peço que sejam simultaneamente apreciados os Pontos 1.2 e 1.3, já que são dois aspetos da mesma questão.

Nada a opor por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Estamos perante as contas referentes ao ano 2022. Há uns anos este era um momento importante porque apenas nesta altura nos era possível apurar a transição de saldo e, de alguma maneira, reiniciar os trabalhos, porque havia sempre aqui um hiato. Felizmente, as últimas alterações legislativas permitem que façamos uma apreciação

prévia da conta na 1.ª sessão da Assembleia Municipal em fevereiro, não havendo uma paragem de, por vezes, quase quatro meses até conseguirmos reiniciar os investimentos. Esta aprovação de contas ficou extraordinariamente simplificada e o que hoje aqui temos é basicamente o mesmo da última sessão porque não temos consolidação de contas.

Há municípios detentores de um conjunto de empresas municipais ou outras entidades que precisam de somar e só agora saberão o dinheiro que efetivamente têm. Como tínhamos essa informação logo na manhã do dia 1 de janeiro, esta é pura e simplesmente a mesma conta que foi entregue no princípio do ano, agora acompanhada do certificado dos senhores auditores que tiveram tempo de a verificar e confirmar.

O que interessa dizer das contas do município de Angra do Heroísmo, é que fizemos um virtuoso percurso e pagámos ao longo destes nove anos, cerca de 17 milhões de euros de dívida antiga. Estão também pagas, todas as obras feitas desde essa altura até agora, sem que tivéssemos feito sequer um cêntimo de dívida.

Fomos investindo e pagando as dívidas com os recursos que tínhamos. Basta dar-se uma volta pela nossa cidade ou pelo concelho para se ver a quantidade de obras que foram feitas, estão pagas e não há dívidas. Foi-nos possível fazer tudo isto, mantendo as tarifas de 2011 nas águas e nos resíduos e introduzindo uma enorme redução em todas as outras taxas, algo que foi feito por esta Assembleia em 2014. As touradas viram as taxas reduzidas para metade, ficando isentas nalguns casos, havendo também reduções nas licenças de obras e outras. Sem ter em conta a inflação, do ponto de vista nominal pagamos bem menos do que pagávamos em 2013 e a conta que hoje aqui apresentamos é a consolidação de todo esse caminho.

No início do ano tínhamos um passivo de 9 777 494,00 €, dos quais 7 600 000,00 € são dívida excecionada, o que significa que é integralmente paga por entidades terceiras. Como tem a ver com a habitação social, recebemos do IHRU e do Governo Regional a totalidade da despesa, o que significa que o que aqui temos de dívida não chega a 2,5 milhões de euros, o valor que o município tem efetivamente que pagar.

Isto permite-nos avançar sem medo para um investimento de 12 milhões de euros na construção do mercado municipal, já que temos a capacidade de o fazer sem onerar gerações futuras. Se assim o quisesse, apenas com o saldo que transitou, o nosso município poderia ter pagado integralmente toda a sua dívida bancária, mas não o faz porque temos juros tão baixos que a vantagem reverteria a favor da banca e nestas circunstâncias não vale a pena estarmos a dar dinheiro aos bancos. Temos na conta à ordem, dinheiro suficiente para cobrir integralmente a dívida que temos, uma situação que devemos manter.

Algo que me parece muito adequado é o financiamento que temos vindo a fazer às instituições e às freguesias. Iniciámos sempre em cada ano, o investimento nas freguesias com 1,4 e acabamos perto dos 2 milhões de euros porque, à medida que vamos podendo, é sempre posto de lado aquele extrazinho que acaba por ser necessário para a garagem, para o armazém, etc., e o mesmo acontece com as instituições. Não fora a capacidade financeira do município e todas as sociedades, casas do povo, impérios, igrejas e passais deste município, não estariam como estão. É esse o caminho que temos vindo a trilhar do ponto de vista financeiro e está espelhado nesta conta.

Temos uma execução superior a 90% do investimento no ano que agora vai fechar, porque é isso que interessa, já que o resto não dá trabalho e a despesa executa-se por si. O ano passado tivemos mais despesa do que receita e empobrecemos cerca de 1,3 milhões de euros. Investimos mais porque uma boa parte do dinheiro vinha do ano anterior e tinha resultado da extraordinária lentidão das obras no período imediatamente após a pandemia da Covid-19. Apesar de não termos atingido ainda a normalidade, em 2022 houve uma melhoria sensível na capacidade de execução de muitos dos nossos empreiteiros e as coisas correram bastante melhor. O objetivo da Câmara é servir bem, não obter lucro e é o que se está a tentar fazer com este dinheiro que é de nós todos.

O ponto 1.3 é um anexo a este porque é hoje que fica formalmente integrado o saldo do ano passado e estamos a adicionar cerca de 800 mil euros, o dinheiro que recebemos da União Europeia para o Centro Interpretativo. Tínhamos pago a quota-parte que nos coube nessa execução, por isso este valor está agora a ser integrado, fazendo crescer o orçamento do município em cerca de 800 mil euros. Com este dinheiro temos a vantagem de podermos dar execução imediata à proteção da orla costeira de São Mateus, independentemente do período em que o Governo Regional nos venha a pagar. Daqui a uns tempos, quando o Governo Regional fizer o contrato ARAAL e nos pagar, havemos de integrar no orçamento, o valor gasto na obra da proteção costeira mas não vamos ficar à espera desse contrato porque temos este dinheiro que nos permite o arranque imediato da obra sem criar dificuldades de tesouraria. São estas as alterações e é por isso que estes dois pontos da Ordem de Trabalhos são, na verdade, o mesmo ponto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Não vamos repetir certos argumentos que usámos no passado. É evidente que ficamos satisfeitos com o pagamento das dívidas da responsabilidade dos anteriores executivos – também do Partido Socialista – e algumas provavelmente ainda mais antigas, relacionadas com a famosa obra de canalização dos primeiros esgotos e águas pluviais da cidade de Angra nos longínquos anos do século passado.

A dinâmica e as alterações que este elenco municipal pretendia e procurou fazer foram sofrendo atrasos que permitiram poupanças. Hoje de manhã tivemos a oportunidade de manifestar a nossa esperança que a situação evolua a um ritmo que consideramos necessário, algo que não aconteceu até agora, resultando num não investimento e estagnação de verbas. Como nota positiva, ao menos a Câmara não caiu na tentação de as esbanjar, um aspeto que é importante realçar.

Relembro as críticas que antes fazíamos em que a poupança não deve servir de desculpa para não se fazer e o facto de não se fazer, não deve servir de desculpa para a poupança. Essas críticas mantêm-se válidas, tendo em conta a pressa que ouvimos aqui relatada hoje de manhã mas, fruto destes aspetos positivos, a nossa posição nesta matéria será de abstenção.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Notei nas palavras do professor Álamo, uma vontade de resolver a dívida, fazer obra e, de alguma forma, distribuir pelas várias freguesias, a verba disponível que foi acumulando, uma medida que tem apoio e ganha votos mas mantém-nos na cauda da Europa.

Para além da verba a que cada freguesia tem direito, aconselho a criação de vários projetos por freguesia para que haja um critério de seleção e se opte pelo projeto mais eficiente em termos de gastos do dinheiro público. Não se pode asfaltar uma canada com apenas duas casas e pôr água em todo o lado para depois faltar a verba. Medidas desse tipo tornam esta cidade insustentável e depois as regras de jogo vão-se prolongando no tempo.

Se não começarmos a acertar com as medidas para a sustentabilidade e viabilidade de cada projeto que é aprovado, ficamos na cauda da Europa. Gastamos mal o dinheiro que temos e não é por acaso que as verbas que vêm da Europa não têm qualquer efeito no emprego. Este dinheiro que foi gasto em investimentos deveria supostamente resolver os problemas de forma estrutural o que, em média, não aconteceu.

Ainda bem que existe poder local com regras claras e é feita uma distribuição espacial de verbas, mas há que ter em conta a criação de emprego e a redução de custos para a autarquia em termos de provisão do serviço público. Ao contrário do que fazem outros países da Europa de Leste, continuamos a gastar de forma inútil o bom dinheiro que vem de fora sem aproveitarmos as oportunidades.

Sra. d. m. Marília Vargas – Não há qualquer dúvida que este executivo camarário tem feito uma excelente gestão financeira. Estamos a falar de obra feita e paga sem contração de dívida, com uma taxa de execução que ronda os 92% e um abatimento de 1,4 milhões de euros na dívida que atualmente é residual. Ainda bem que esta Câmara tem feito poupança porque assim consegue suportar alguns cargos que deveriam ser suportados pelo Governo Regional. Esta gestão camarária deixa-nos totalmente satisfeitos, por isso vamos votar a favor.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de prestar um conjunto de esclarecimentos na sequência da intervenção do senhor deputado Tomás Dentinho, começando por dizer que as juntas de freguesia não recebem o dinheiro sem qualquer critério. Uma parte é distribuída de acordo com um conjunto de ponderadores que têm a ver com o território e com as limpezas que são feitas, tratando-se de despesas correntes.

As juntas de freguesia apresentam projetos de investimentos, a Câmara seleciona os que pretende financiar e posso garantir-lhe que o critério norteador da aprovação tem sido sempre o mesmo, optando-se pelos projetos que venham a gerar o máximo de emprego, ou seja, aqueles que têm a ver com pequenas obras ou outras ações que empreguem pessoas da freguesia.

Em quase uma década desde que aqui estou, atravessámos um período negro de desemprego nesta ilha e foram as juntas de freguesia e outras instituições locais que aguentaram as pessoas a trabalhar, algo que foi fundamental para a estabilidade social porque chegámos a ter uma taxa de 18% de desemprego no nosso concelho. O dinheiro foi direitinho para os pequenos empreiteiros e para quem, lá na freguesia presta serviços, o que fez com que muitas famílias pudessem atravessar com menos dificuldades, períodos de desemprego muito complicados.

Esta distribuição de dinheiro pelas freguesias e pelas instituições é a forma mais eficaz de fazer boa obra, daquela que gera emprego local e riqueza. É esse o trabalho notável que

tem sido feito por todas as nossas juntas de freguesia ao longo de quase uma década. Passem por uma freguesia nossa e depois visitem uma terra qualquer de outro concelho para verem a diferença e a forma como estão mantidas as infraestruturas públicas. É claro que o concelho da Praia está muito bem porque é nosso vizinho, os outros aí para fora é que não estão.

Não comungo da ideia que o investimento europeu não gera emprego porque tenho memória de um outro tempo de uma pobreza extrema em que na minha escola andavam todos descalços. Sei perfeitamente de onde viemos e qual o caminho que fizemos. Basta olhar de roda para se ver que se fez mais numa geração do que em cinquenta gerações anteriores e é isso que interessa porque estamos aqui a trabalhar para as pessoas e não para as teorias macroeconómicas. Temos que manter estas políticas porque são virtuosas e geram emprego.

Postos à votação, os documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal do ano de 2022 constantes no Ponto 1.2, foram apreciados e votados por maioria com 29 votos a favor (21 do PS e 8 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (15/2023/AMAH).

1.3 – Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2023. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Revisão em causa foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (16/2023/AMAH).

1.4 – Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho de Fiscal da Carreira Especial de Fiscalização destinado à Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

1.5 – Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tendo em vista a introdução de dois postos de trabalho de Técnico Superior destinados à Unidade de Serviços Integrados. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Peço que os Pontos 1.4 e 1.5 sejam considerados em conjunto já que se trata da mesma matéria e do mesmo quadro de pessoal.

Nada a opor por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – A alteração constante no Ponto 1.4 tem a ver com a criação de uma vaga no quadro para fiscal na área das obras, já que o senhor Manuel dos Santos, que certamente todos conhecem porque foi o nosso fiscal durante muitas décadas, se aposentou

este mês. Tínhamos um fiscal não permanente que está em mobilidade de um outro quadro mas é de toda a conveniência criarmos condições para virmos a ter mais um, até porque a contratação de fiscais é particularmente difícil porque a carreira de fiscal exige um curso prévio de qualificação. Que eu saiba, não existe ninguém no nosso mercado com essas qualificações, por isso teremos provavelmente que recrutar alguém para fazer um curso de seis meses numa instituição do continente porque não existe cá na ilha nenhuma com certificação para tal. Se se consolidar a pessoa que cá está, provavelmente não gastaremos essa vaga, mas existe um elevado grau de incerteza e a área da fiscalização das obras não pode ficar sem ninguém.

As duas vagas para técnico superior na área administrativa referidas no Ponto 1.5 têm a ver com a necessidade de reforçarmos a equipa da área das contratações que neste momento apresenta sérios problemas já que, duas das pessoas-chave tiveram problemas de saúde muito debilitantes que implicarão longos períodos sem o mesmo grau de eficiência. Temos eventualmente algumas situações de consolidação na carreira, de pessoas que estão no quadro da Câmara e possuem curso superior, que podem transitar para técnicos superiores. Vamos abrir esta possibilidade e ver como podemos reestruturar o próprio quadro. Estamos mais uma vez perante uma situação que não esperávamos e infelizmente está a acontecer para todos os envolvidos.

A Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante no Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (17/2023/AMAH).

A Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (18/2023/AMAH).

1.6 – Regulamento do Sistema de Bicicletas Partilhadas de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Creio que a pessoa melhor qualificada para apresentar este ponto seria a senhora vereadora Brites Cunha, que introduziu algumas alterações importantes que muito vieram valorizar o documento. Já que a senhora vereadora não o quer fazer, peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Paulo Lima.

Sr. vereador Paulo Lima – Decerto todos terão tido a oportunidade de ler o documento mas posso acrescentar que o mesmo esteve em consulta pública durante o período exigido, não tendo havido qualquer manifestação. Como o senhor presidente referiu, na última reunião de Câmara, a senhora vereadora Brites Cunha solicitou e com razão, duas correções ao n.º 4 do artigo 3.º e ao n.º 4 do artigo 6.º, tendo sido ainda retirada do ponto 6.8 do artigo 9.º, a referência à obrigação do uso de capacete. O artigo 11.º contém uma matéria

importante relativa aos termos gerais do serviço, um documento à parte que está praticamente finalizado e será decidido em deliberação de Câmara.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Creio que o documento que ficou disponível na «nuvem», ao qual tivemos acesso para nos prepararmos para esta sessão da Assembleia Municipal, não continha as alterações que a senhora vereadora Brites Cunha indicou em reunião de Câmara. Assim sendo, gostaria de perceber se estamos a votar o documento original ou aquele que beneficiou das preciosas alterações da senhora vereadora Brites Cunha.

Sr. presidente da Câmara – A razão pela qual a proposta estava na «nuvem», é que a reunião de Câmara ocorreu um pouco tarde e a reunião da Conferência de Líderes de preparação para esta sessão da Assembleia foi anterior. A proposta que conta é aquela que foi aprovada em reunião de Câmara com as alterações introduzidas.

O regulamento constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade. (19/2023/AMAH).

1.7 – Concurso público internacional para contratação da empreitada de conceção-construção do Mercado Municipal de Angra do Heroísmo e do Parque de Estacionamento. Para autorização prévia da Assembleia Municipal, de assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027, um valor que se estima em 12 000 000,00 € (doze milhões de euros).

Sr. presidente da Câmara – Esta proposta que a Câmara vos traz tem uma extraordinária importância. Há pouco falava-se em vinte anos mas creio que, desde os anos 90 se anda a discutir a questão do mercado municipal.

Trata-se de um desejo antigo da nossa cidade que passou por várias fases, formas e feitios e teve três modalidades nesta última década desde que cá estou. Uma primeira consistia em ocupar apenas o espaço do atual mercado, depois fizemos uma tentativa no Bailão ao lado das piscinas municipais, que também não era satisfatória por isso não teve sucesso, e conseguiu-se finalmente resolver o grande problema em que foi possível um acordo com a Diocese e com o Seminário para a compra da porção necessária de terreno para que o mercado fizesse sentido ali. Este alargamento permitiu que passássemos de pouco mais de cinquenta veículos em cada andar para um total de cerca de duzentos e cinquenta lugares de estacionamento subterrâneo, o que faz toda a diferença e justifica o investimento, caso contrário, não faria sentido gastar-se uma dezena de milhões de euros para ficarmos com um estacionamento pequeno.

Após alguns avanços e recuos ao longo do tempo, há cerca de um ano e meio ficámos com o projeto completo e queríamos partir para o concurso. Conseguimos o parecer positivo do membro do Governo Regional competente em matéria de cultura mas, entretanto, o senhor Diretor Regional fez um conjunto de queixas junto da UNESCO. Se calhar, estou a ser injusto porque ninguém me disse quem as tinha feito, mas alguém as fez e o resultado foi uma paragem e retrocesso em todo o processo. Agora, para evitarmos fazer um novo projeto, optámos pela modalidade de conceção/construção em que o adjudicatário da obra ficará com

a obrigação de introduzir as alterações que a UNESCO venha a considerar adequadas. Neste caso, creio que não terá muito a dizer porque tinha dado parecer oficialmente e a Secretaria já disse que sim.

Estamos assim a transferir esta última fase dos acertos do projeto para quem vai construir, tendo em conta que há ali uma enorme complexidade de adequação. O mercado terá necessariamente que ser afundado no terreno, o que implica escavações imensas e uma grande complexidade do ponto de vista da execução técnica para se evitar danificar os edifícios ali à volta.

Por se tratar de um concurso diferente e mais complexo do que estávamos habituados, tivemos que contratar uma empresa da especialidade. O concurso será conduzido por um escritório de advogados especializado até à adjudicação final da obra para que se obtenha o contrato mais vantajoso possível para o município com a máxima certeza jurídica.

O preço estimado da obra são 12 milhões de euros. Partimos de um projeto que rondava os 7,5 milhões, mas após uma consulta prévia dos atuais preços de mercado, foi este o melhor preço que se encontrou. Este é o valor máximo que o município se dispõe a pagar, agora caberá aos potenciais concorrentes, apresentarem o melhor preço daqui para baixo até ao valor que considerarem competitivo.

A fase do ajustamento do projeto é a mais complexa e menos visível, por isso demorará certamente bastante tempo. Este prazo tão alargado destina-se essencialmente ao cumprimento das questões regulamentares e de projeto, que implicarão novos pareceres da Direção Regional da Cultura e eventuais consultas às entidades da UNESCO, um diálogo complexo que poderá levar vários meses. Estamos a fazer uma previsão muito alargada mas esperemos que as coisas estejam prontas muito antes para se evitar possíveis embaraços de se esgotar o prazo antes de podermos dar início à execução da obra.

Estamos a falar aqui em 12 milhões de euros, mas se o ritmo de execução da obra for lento, o município terá provavelmente capacidade financeira para construir o mercado municipal sem recurso a qualquer empréstimo bancário. Se a obra decorrer a um ritmo mais acelerado, podemos ir ao banco a qualquer altura porque temos uma capacidade de endividamento acima dos 30 milhões de euros e temos uma dívida de apenas 2 milhões. Este ano pagaremos metade da dívida remanescente, o que significa que poderemos tê-la praticamente paga quando a obra começar.

Avançamos para esta obra sem grande peso em cima dos ombros porque podemos recorrer à banca sem qualquer desvantagem para a liberdade futura de quem aqui estiver. A obra não implica qualquer engulho financeiro para o município nem reduz a nossa capacidade de financiar o que quer que seja.

Se os senhores concordarem, nas próximas semanas lançaremos o concurso público internacional que terá que ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia. Se tudo correr bem, prevemos entre três e seis meses para esta fase concursal e entre seis meses a um ano para a fase de projeto e de questões regulamentares, o que significa que só teremos obra de partir o chão lá para o outro verão a seguir.

Do ponto de vista da construção civil, a obra far-se-á em cerca de dois anos a partir do momento em que se inicia no terreno, já que temos que descontar a outra parte de projeto e de planeamento que é relativamente imprevisível.

Creio que temos aqui uma boa solução para a cidade e para o município do ponto de vista do financiamento. As coisas podem ser feitas com toda a calma, sem grandes preocupações e com tempo suficiente para não se causar dificuldades a quem estiver a gerir a Câmara nesse período.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – O senhor presidente vê que cada lugar custa 48 mil euros e espera receber 10 euros por dia por cada lugar. Como estamos a pagar eventualmente 6 euros por dia, parece-me haver aqui um excesso que só se justifica com as lojas do mercado. Trata-se apenas de parqueamento ou haverá algo em cima? Não conheço o projeto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O nosso sentido de voto não reflete nenhum juízo de valor sobre o procedimento concursal em si, que consideramos bem feito. Manifestamos a nossa satisfação pelo facto de, finalmente, vermos alguma evolução nesta matéria, por isso votaremos a favor.

Sr. presidente da Câmara – O que o senhor deputado Tomás Dentinho referiu é importante. Trata-se de uma obra no valor de 12 milhões de euros que nos trará um valor acrescentado, já que serão ser libertados vários lugares de estacionamento noutras ruas da cidade. Com este aumento é como se acrescentássemos cinco vezes a Rua Direita ao estacionamento da cidade, o que nos dará outra flexibilidade para dispormos de mais esplanadas e acabarmos com estas caixas com mesas dentro que estão metidas nas ruas no meio do estacionamento, o que não é propriamente o que se pretende numa cidade como a nossa. Para além disso, há também a possibilidade de contribuirmos para uma redução sensível no trânsito automóvel porque teremos menos carros às voltas pelas ruas à procura de um lugar para estacionarem. Muito do trânsito que vemos é recorrente, alguém que subiu uma rua e desceu outra à procura de um lugar para estacionar.

O mercado municipal terá a entrada automóvel pela Rua da Sé e saída pela Rua do Rego, fazendo com que as pessoas tenham um circuito bem mais curto quando vierem à zona baixa da cidade. O mercado ficará no andar de cima, algo que não referi há pouco porque pensei que todos conheciam o projeto. O que estamos a fazer é elevar um pouco o mercado o atual, construindo dois novos andares por debaixo para estacionamento.

O mercado crescerá uma terça parte do seu tamanho atual e ficará encostado às traseiras do Teatro Angrense, o que vai permitir a criação de uma zona destinada ao tradicional mercado com lojas cobertas e outro grau de comodidade e higiene e uma outra zona reservada àquela restauração imediata. Estamos perante um excelente investimento para a nossa cidade, já que este projeto segue as novas tendências dos mercados, conjugando a venda dos bens alimentares com a vertente da restauração.

O senhor vice-presidente lembrou-me a questão dos fundos comunitários. Estamos a unir isto num quadro comunitário e esperamos que seja possível abastecer pelo menos uma parte desta verba em fundos que não sejam os nossos impostos diretos, o que permitirá

também alavancar de outra forma o investimento municipal. Estamos no início de um quadro comunitário, por isso tivemos em consideração o *timing* para que este fosse o melhor momento para o lançamento do concurso.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Esperamos que a obra do mercado municipal seja uma realidade porque peca por tardia. Apesar de poucos, alguns comerciantes ainda resistem com atividade aberta no mercado municipal, por isso gostaria de saber se a Câmara tem algum plano para que possam manter a sua atividade numa outra área sem perderem o vínculo ao centro da cidade, particularmente à freguesia da Sé.

Sr. presidente da Câmara – Há muito que essa tem sido uma preocupação do município. Perante um regulamento que foi aprovado por esta Assembleia há uns anos, criámos um programa para resolver essa questão, que foi aproveitado por cerca de 95% dos comerciantes que desenvolviam as suas atividades no mercado municipal. Os que ainda lá estão, não pagam renda, receberam as suas indemnizações e assinaram um contrato que diz que devem sair quando a Câmara precisar do espaço. A maior parte tem já um espaço alternativo ou arranjou outra qualquer solução e os mais idosos usaram esta indemnização para a sua saída como uma espécie de pré-reforma.

O contrato diz que a cedência dos espaços é feita a título precário. A Câmara pode, a qualquer momento, pedir às pessoas para saírem e ajudará os poucos que ainda lá estão: uma peixaria, um talho, uma pequena banca e um café que foi alugado mais tarde com o conhecimento de que se tratava de uma situação transitória. Quando tivermos conhecimento da data exata do início da obra, reuniremos com os interessados para se encontrar uma solução. Tínhamos um problema de setenta ou oitenta bancas e hoje temos no mercado municipal, apenas três ou quatro pessoas.

A Assembleia Municipal autorizou por unanimidade a assunção de compromissos plurianuais constantes do Ponto 1.7. (20/2023/AMAH).

1.8 – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Angra do Heroísmo, revisto e atualizado. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O que estamos aqui a apresentar é pura e simplesmente uma atualização dos planos existentes para se acomodar a dinâmica que vai acontecendo. Esta atualização é feita por um imperativo legal e também porque, nos últimos tempos, temos tido algumas preocupações em matéria de Proteção Civil, dado o aumento do nível sísmico na parte oeste da ilha. Revimos todo este plano para estarmos preparados para qualquer eventualidade, embora felizmente, seja muito reduzida a probabilidade de algo acontecer.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Angra do Heroísmo foi aprovado por unanimidade. (21/23/AMAH).

1.9 – <u>TERAMB, EM – Contração de um empréstimo a curto prazo em modalidade de conta caucionada com o objetivo de antecipação de receitas ou fundo de maneio da tesouraria, até ao montante máximo de 250 000,00 €. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos do artigo 20.º, alínea e) dos estatutos da TERAMB, EM</u>.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se apenas da contratação de uma conta caucionada até este valor que terá que estar devidamente saldada no último dia do ano para evitar que a TERAMB tenha aflições do ponto de vista da tesouraria. A empresa está numa situação económica que não é má mas também não é muito boa, porque não tem um músculo financeiro para ficar muito tempo à espera de pagamentos de entidades a quem presta serviços. Para se evitar atrasos nos pagamentos, optou-se por submeter este pedido de autorização que terá também que ser feito à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, já que a TERAMB é uma empresa intermunicipal.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Percebi hoje que a TERAMB e a Geotermia estão a pagar à EDA e ao outro senhor que detém as eólicas, para obterem autorização para venderem energia. Isto prende-se com o que escrevi há pouco no jornal sobre a liberalização da produção e do mercado da eletricidade em que, cada ilha deveria ser ressarcida da renda dos seus recursos naturais. Ora, se isto interfere diretamente com as contas da TERAMB, que tem que pagar para produzir, as câmaras municipais – que há vinte ou trinta anos eram as responsáveis pela produção de energia – têm toda a legitimidade para reivindicarem perante o Governo Regional e a EDA, a liberalização do mercado porque o vento, a geotermia e a queima dos resíduos são recursos da ilha.

Algo está mal aqui. Esta agenda deve ser assumida pela Câmara Municipal e o senhor presidente da Câmara é responsável por não reivindicar, junto do Governo Regional e da EDA, um sistema semelhante ao que existe no continente e em toda a Europa. Não nos tratem como ultraperiféricos quando somos explorados pela ultraperiferia.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma excelente intervenção e eu não diria melhor. A questão é extraordinariamente pertinente porque, em alguns meses damos de graça à EDA, 40% da nossa própria produção de energia, que depois nos é vendida de volta ao preço do ouro para a iluminação pública. Já reclamei, não sei quantas vezes, e há anos que este assunto tem estado em cima da mesa. Se bem ouviram, na inauguração das baterias tive direito a um discurso dirigido apenas a mim sobre as maldades de ideias tão perversas. Esta questão é fundamental e tem a ver com uma isenção, ou seja, existem normativos europeus que obrigam à separação dos setores da energia com vista à abertura dos mercados.

Os Açores entraram na ERSE em 2006 porque na altura era preciso por questões financeiras. Contudo, devido à evolução da tecnologia ao longo do tempo, aquilo que há vinte anos foi uma boa opção, transformou-se numa péssima solução. Quem ouve algumas pessoas do setor, pode até pensar que foi o que quis a União Europeia que, a muito custo, cedeu esta isenção que é revista periodicamente mas ninguém quis mexer nisto até agora.

Os senhores devem ter tomado conhecimento de um artigo que foi publicado no jornal, dando conta de quão mau seria se liberalizássemos o setor. Quem lia aquilo, chegava à

conclusão que era o que a União Europeia pretendia, mas foi assim porque nós quisemos contra a vontade da União Europeia que está a rever o sistema da energia. Esta matéria foi abordada numa reunião que tivemos um destes dias com os senhores embaixadores da União Europeia em Portugal e não foi por acaso que o senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros referiu durante o almoço que este seria o principal dossiê.

Temos que apresentar o assunto à União Europeia para se acabar de vez com essa isenção que foi útil num outro tempo, mas atualmente apenas serve para criar rendas onde não deveriam existir. Não vale a pena estarmos a investir nas energias renováveis para depois nos criarem entraves. Olhem para aquele parque fotovoltaico que está parado há anos na Praia da Vitória porque nunca foi autorizado a produzir. É um dinheiro que está ali a perder-se e o sol quando nasce é para todos, incluindo para as células fotovoltaicas. Aquilo produz energia todos os dias mas vai para o chão porque não a podemos vender.

Há anos que estamos a produzir energia mas não a podemos distribuir, enquanto aumentaram em 80% o valor da energia em média tensão, o que significa que as nossas bombas dos furos, a estação elevatória e este centro cultural pagam 80% a mais porque temos aqui um PT. A energia nesta casa quase dobrou com o aumentou de 80% que sofreu em janeiro e o preço da iluminação pública aumentou quase 14%. Andámos a retirar e a substituir lâmpadas mas de nada serviu porque voltámos a pagar o mesmo que pagávamos antes. Estou a falar da Câmara Municipal, mas quem tem indústrias de consumo intensivo de energia, tem neste momento um gigantesco problema entre mãos. Estamos a pagar um preço altíssimo pela energia elétrica, quando aquela produção da Praia da Vitória poderia alimentar tudo isto e está a ser deitada ao lixo.

Há aqui um conjunto de irracionalidades extraordinariamente penosas. Foi pedida uma revisão do algoritmo de distribuição de cargas e de dinheiros na rede da ilha Terceira, que chegou ontem e não tive tempo de a ler, mas já tive a triste notícia que passamos de 40 para 31% de ressarcimento. Ganhámos 9% depois de um ano de briga mas, como aumentaram o preço, voltámos à casa de partida e ficámos na mesma.

Meus senhores, este assunto é muito sério e o senhor deputado Tomás Dentinho fez muito bem em trazê-lo aqui para debate. Quanto a mim, já fiz de tudo e só me resta ir ao Exército pedir uma arma.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Não faz sentido sermos explorados por sermos ultraperiféricos.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a ser explorados por sermos ultraperiféricos e fomos nós que pedimos. Se o senhor deputado como membro da Coligação, conseguir algum resultado, ficar-lhe-ei muito agradecido.

A Assembleia Municipal autorizou por unanimidade o empréstimo constante do Ponto 1.9. (22/2023/AMAH).

1.10 – Atribuição de Medalha de Mérito Cultural ao Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense pelos 50 anos da defesa da tauromaquia. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a atribuição da medalha em causa. (23/2023/AMAH).

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal manifesta o seu contentamento pela aprovação unânime da atribuição desta medalha que é bem merecida numa atividade que, cada vez mais, precisa do apoio público, já que tem estado sob um forte ataque ao longo dos últimos anos. Creio que esta aprovação por unanimidade demonstra a união dos órgãos políticos deste município em torno de uma causa que é nossa. Somos um dos municípios a nível mundial onde esta atividade tem maior expressão, por isso fico extremamente agradado com o resultado desta votação.

1.11 – Atribuição das Chaves de Honra da Cidade e do título de Cidadão Honorário de Angra do Heroísmo a Ernest Jeffrey Moniz pelo seu percurso académico e político a nível mundial. Para aprovação da Assembleia Municipal por escrutínio secreto.

Sr. presidente da Câmara – O professor Ernest Jeffrey Moniz é neto de gente de cá e da ilha de São Miguel. Foi Secretário da Energia dos Estados Unidos da América durante a administração Obama, presidente do Departamento de Engenharia do MIT, uma das mais prestigiadas escolas de engenharia do mundo, e é considerado talvez o maior especialista mundial ao nível da energia.

Em conjunção com o senhor Representante da República, conseguiu-se que o senhor Ernest Moniz viesse a Angra do Heroísmo. Será o orador convidado nas comemorações do 10 de junho e fará a sua apresentação nesta mesma sala.

Para vos dar uma ideia do seu prestígio ao nível mundial, o senhor Moniz tem cerca de uma dúzia de doutoramentos Hororis causa. Nesse contexto, tínhamos a obrigação de reconhecer a sua passagem por aqui como convidado do senhor Representante da República e também do município. A intenção é fazer-se uma pequena cerimónia de entrega na noite do dia 9 de junho, havendo depois a cerimónia no dia 10, seguida de uma conferência que ocorrerá nesta sala.

Aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (24/2023/AMAH).

1.12 – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2022. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O Estatuto do Direito à Oposição foi contemplado. Há muito que o grupo municipal do PSD de Angra do Heroísmo aqui representado, não apresentava um

tão elevado número de propostas a um plano e orçamento. Foram apresentadas onze propostas, agora esperamos que algumas venham a ser executadas ao longo deste ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.12. (25/2023/AMAH).

1.13 – Balanço Social relativo ao ano de 2022. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Pouco há a dizer acerca deste balanço social que, em boa parte, é basicamente um conjunto de dados sobre a composição do pessoal ao serviço do município, do qual falámos há pouco. O balanço social mantém-se estável com os mesmos valores e problemas do ano anterior, visa a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a contratação de pessoal com a formação adequada.

Os 190 trabalhadores operacionais do município são quase todos homens. As chefias são também essencialmente masculinas, o que significa que, do ponto de vista da igualdade, está a ser muito difícil cumprir os objetivos. Temos um quadro de pessoal essencialmente masculino, particularmente nos quadros habilitacionais mais baixos, com escalões etários mais elevados. A idade média dos trabalhadores da Câmara situa-se nos 50,5 anos, um valor que é profundamente distorcido pelos assistentes operacionais onde temos muita gente jovem.

Todos os nossos trabalhadores têm o vínculo adequado do ponto de vista da estabilidade laboral e os únicos que se encontram em situações análogas, são os reclusos que prestam serviço na limpeza urbana porque fazem parte de um programa de cooperação com o estabelecimento prisional.

A nossa Câmara deve ser das poucas da região que não tem programas com trabalhadores temporários em substituição de postos de trabalho vinculados. Sempre que é necessário, abrimos os respetivos concursos, como foram exemplo os pontos que aprovámos há pouco nesta sessão da Assembleia Municipal. Fazemos uma gestão cuidadosa para evitarmos situações menos claras do ponto de vista laboral.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Balanço Social relativo ao ano de 2022 constante no Ponto 1.13. (26/2023/AMAH).

1.14 – TERAMB, EM – Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2022. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. vereador Paulo Lima – Como foi já referido nos relatórios trimestrais e nas últimas sessões da Assembleia Municipal, a TERAMB apresentou um resultado negativo de 160 mil euros no ano 2022 devido ao preço das matérias-primas, ao aumento do preço dos combustíveis e à substituição dos sobreaquecedores; contudo, a empresa não sairá prejudicada, considerando que as câmaras municipais da ilha Terceira deverão efetuar as respetivas transferências para que esse prejuízo seja acautelado, na proporção de 60% para

Angra do Heroísmo e de 40% para a Praia da Vitória, com está previsto no contrato que foi celebrado entre ambos os municípios.

Informo os senhores membros da Assembleia Municipal que temos o problema dos sobreaquecedores resolvido, esperando que o ano de 2023 seja bem melhor do que 2022, tendo em conta também o que foi dito há pouco acerca dos ressarcimentos dos valores da energia.

Sr. presidente da Câmara – A conta da TERAMB é negativa pela segunda vez depois de um ano em que tivemos um lucro de mais de 600 mil euros. Este valor é residual e não deve ser considerado propriamente negativo porque não representa praticamente nada do ponto de vista da estabilidade financeira e económica da empresa, já que estamos a falar de um *cash-flow* na casa dos 5 milhões de euros. Teríamos tido lucro, não fosse a questão dos ressarcimentos, mas é claro que a causa não foi essa. Os ressarcimentos estavam devidamente acautelados mas tivemos períodos de paragem mais longos do que o previsto devido à substituição de um conjunto de elementos na máquina.

Gostaria de lembrar os senhores membros da Assembleia que a TERAMB pratica os preços mais baixos do país e talvez da Europa no tratamento de resíduos. Estamos a pagar cerca de 30 euros por tonelada, enquanto os nossos concorrentes mais diretos praticam preços que rondam os 60 euros e há já quem tenha dobrado o cabo dos 100 euros por tonelada. Isto significa que temos uma prestação de serviços extraordinariamente boa e quando os nossos colegas do continente veem os nossos preços, querem mudar-se para cá. Os preços praticados no Algarve rondam os 90 euros por tonelada; ao verem os nossos preços, os algarvios sonham com a construção de uma incineradora na sua terra porque o transporte dos resíduos é extremamente caro e não é economicamente viável.

A TERAMB tem prestado um serviço extraordinariamente bom e os 80 ou 90 mil euros que pagamos a mais no fim do ano para equilibrarmos as contas, nada significam, comparados com o serviço prestado; bastaria termos aumentado 50 cêntimos em cada tonelada e teríamos já pago esse valor.

As coisas correram muito bem mas temos sempre a ambição de que devem correr melhor, algo que passa essencialmente pela venda de energia. A atual situação não é justa, por isso temos que continuar a luta no sentido de a corrigir, sob pena de estarmos depois a retirar dinheiro aos contribuintes, um valor que já pagaram a outra empresa pública. Sim, é preciso não esquecer que, 51% do capital da EDA é público.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.14. (27/2023/AMAH).

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

2.1 – Voto de Louvor do Grupo Municipal do Partido Socialista pelos 170 anos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Para aprovação da Assembleia Municipal.

O senhor deputado municipal João Moniz procedeu à leitura do Voto de Louvor em epígrafe.

<u>VOTO DE LOUVOR</u>:

Pelos 170 anos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.

«*Senhora do Livramento, cujas origens se perdem na memória do tempo, é a protetora dos homens do mar. A Virgem Santa empresta o nome a uma das Instituições Particulares de Solidariedade Social mais antigas de Angra do Heroísmo, da Ilha Terceira e dos Açores.*

Fundada por decreto a 8 de junho de 1853 por um grupo de senhoras, a Irmandade começou a acolher crianças e jovens órfãs em regime de internato no Convento de Santo António dos Capuchos. Desde então, a resposta às crianças marginalizadas da sociedade apresenta preocupações permanentes, por isso o acolhimento, a hospitalidade, o carinho, os valores humanos, a educação e a reintegração na sociedade, são os pilares desta nobre instituição secular.

Atualmente, a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dá resposta de forma permanente a 55 a 65 crianças dos dois sexos e de várias faixas etárias. Além das suas instalações de internato sitas na Rua de Santo António dos Capuchos, possui mais oito residências distribuídas pela cidade de Angra do Heroísmo, visando a integração destes jovens na comunidade.

Cerca de cem colaboradores prestam apoio diário nas mais variadas categorias profissionais. Citando o seu atual presidente da direção, o senhor João Avelar, "assumem o papel de pais, mães e confidentes destas crianças, que têm neles a principal referência familiar."

Pela comemoração dos seus 170 anos de presença na comunidade angrense e pelo excelente trabalho desenvolvido pelas suas equipas e direções, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a aprovação de um Voto de Louvor à Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.

Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, 21 de Abril de 2023.»

Sr. d. m. Luís Leal – Boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

O grupo municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM associa-se a este Voto de Louvor. Por colaborar de forma indireta com a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento desde há vinte anos, tenho algum conhecimento da instituição. Este Voto de Louvor está muito bem elaborado e informo que a irmandade possui também um colégio que dá resposta social na área da solidariedade a cerca de noventa crianças em regime de creche e jardim-de-infância.

Grande parte do financiamento desta instituição provém do Governo Regional mas é importante referir também a preciosa colaboração que a Câmara Municipal tem vindo a prestar ao longo dos anos, não esquecendo as obras que estão ainda a decorrer na Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Falando agora em nome pessoal e dado que o objetivo da instituição é acolher e dar o melhor às crianças, como referiu e muito bem o senhor deputado João Moniz, fico um pouco desiludido e triste quando usam o nome da instituição para fins políticos.

Atualmente, temos cerca de cento e cinco colaboradores, a quem quero deixar também uma palavra de apreço. Se em casa temos a nossa família, ali somos também pais e mães e aquela instituição é, para muitos, uma segunda casa.

Gostaria ainda de deixar uma palavra de agradecimento aos atuais e também aos antigos órgãos sociais da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Em nome da Irmandade, muito obrigado a todos.

O grupo municipal da Coligação votará favoravelmente este Voto de Louvor.

O Voto de Louvor pelos 170 anos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento constante no Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade. (28/2023/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação do grupo municipal do Partido Socialista a Frederico Rosa Laranjeira pelos resultados alcançados na modalidade de Karaté. Para votação por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Rita Belo Santos procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Frederico Rosa Laranjeira pelos resultados alcançados na modalidade de Karaté.

«*A praticar Karaté desde os 6 anos de idade, Frederico Laranjeira estreou-se nas vitórias na época 2019/2020 ao vencer o 1.º lugar do Campeonato da Ilha Terceira, na vertente de Kata (forma). Na época seguinte alcançou o 3.º lugar no Campeonato Regional dos Açores, na vertente de Kumite (combate), Iniciados Masculinos categoria -44kg.*

Na época 2021/2022 o jovem conquistou diversos títulos regionais e nacionais, entre eles, o 1.º lugar na Taça Nacional do Clube Português de Karaté, na vertente de Kumite (combate), Iniciados Masculinos categoria -44kg.

Estando atualmente a decorrer a época 2022/2023, Frederico Laranjeira conquistou no passado mês de fevereiro, o 1.º lugar do pódio no Karaté Open Lisboa for Kids em representação do Clube de Karaté Shotokan de Angra do Heroísmo.

O jovem de 12 anos, acompanhado do treinador João Castro, foi vencedor (medalha de ouro) em Kumite (combate) na categoria de Sub-14 -45kg, nesta prova internacional.

O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula o jovem Frederico Rosa Laranjeira e propõe à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação, devendo ser dado conhecimento do mesmo ao atleta, ao treinador e ao clube.

Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, 21 de abril de 2023.»

O Voto de Congratulação a Frederico Rosa Laranjeira constante no Ponto 2.2 foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (29/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Terminámos os nossos pontos da Ordem do Dia. Antes de passarmos à leitura da minuta da ata, informo as senhoras e os senhores deputados municipais que, de acordo com o que foi decidido em Conferência de Líderes, a próxima sessão da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 7 de junho pelas 09h30m.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Concluímos assim os nossos trabalhos. Desejo a todos a continuação de uma boa tarde, muita saúde, boa disposição e bem-estar. Muito obrigado e até à próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h45m do dia 21 de abril de 2023, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos